



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 49

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2019

ANO VIII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
ADVOCACIA GERAL	0942
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	0944

TAQUIGRAFIA

ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA (Em 19 de março de 2019)

Presidência dos Srs.

Laerte Gomes - Presidente
Aécio da TV - Deputado
Ismael Crispin - 1º Secretário
Adelino Follador - Deputado

Secretariados pelo Sr.

Ismael Crispin - 1º Secretário

(Às 15 horas e 17 minutos é aberta a sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adailton Fúria (PSD); Adelino Follador (DEM); Aécio da TV (PP); Alex Redano (PRB); Alex Silva (PRB); Anderson Pereira (PROS); Cassia Muleta (PODE); Chiquinho da Emater (PSB); Cirone Deiró (PODE); Edson Martins (MDB); Eyder Brasil (PSL); Ezequiel Neiva (PTB); Ismael Crispim (PSB); Jair Monte (PTC); Jean Oliveira (MDB); Jhony Paixão (PRB); Lebrão (MDB); Laerte Gomes (PSDB); Lazinho da Fetagro (PT); Dr. Neidson (PMN) e Rosangela Donadon (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Geraldo da Rondônia (PSC); Luizinho Goebel (PV) e Marcelo Cruz (PTB).

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 7ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 25/2019 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Transforma e acrescenta parágrafos ao artigo 13 da Lei nº 4.455, de 7 de janeiro de 2019, que ‘Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2019’”.

02 – Mensagem nº 26/2019 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que ‘Dispõe sobre a organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia e dá outras providências’”.

03 – Ofício nº 2649/19 – SEJUS, encaminhando resposta ao Requerimento nº 014/19, de autoria do Senhor Deputado Anderson Pereira.

04 – Ofício nº 472/2019 – Ministério Público do Estado, solicitando cópia na íntegra do processo legislativo referente à elaboração e à aprovação da Lei Complementar Estadual nº 1.000/2018.

05 – Ofício nº 461/2019 – Ministério Público do Estado, solicitando cópia na íntegra do processo legislativo referente à

MESA DIRETORA

Presidente: **LAERTE GOMES**
1º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
2º Vice-Presidente: **CASSIA MULETA**

1º Secretário: **ISMAEL CRISPIN**
2º Secretário: **DR. NEIDSON**
3º Secretário: **GERALDO DA RONDÔNIA**
4ª Secretária: **EDSON MARTINS**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*
Departamento legislativo - *Maria Aparecida Silva N. Lima*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

sua elaboração e à aprovação da Lei Complementar Estadual nº 967/2018.

06 – Requerimento do Gabinete do Deputado Jhony Paixão, encaminhando justificativa de ausência da Sessão Ordinária do dia 12 de março de 2019.

07 – Requerimento do Gabinete do Deputado Ezequiel Neiva, encaminhando justificativa de ausência da Sessão Ordinária do dia 13 de março de 2019.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Passamos às Breves Comunicações. Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem aparte, o ilustre Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Senhor Presidente, senhores deputados, saúdo o público presente na tarde de hoje, cumprimento a Deputada Rosângela Donadon. Senhor Presidente, me utilizo da tribuna no dia de hoje, e talvez seja um dos dias de muita reflexão no nosso processo político, e que nos entristece. Eu que venho, Deputado Dr. Neidson, do interior do Estado e de uma Câmara Municipal, quando nós tínhamos lá uma luta incessante pela melhoria da qualidade de vida do nosso povo, fomos alçados à Assembleia Legislativa através do processo eleitoral, e chegamos ao Governo do Estado e começamos a discutir ações que são de interesse do povo rondoniense. E a minha tristeza se dá porque, lá no município, nós tínhamos uma reflexão e parece que as coisas não aconteciam. A política pública não passava de conversa e não se avançava nunca. Quando você vem para outra esfera, você inicia de novo uma caminhada e parece que nós estamos estagnados na mesma estação. Qual é o entendimento e a reflexão que faço disso? É que entre os entes da Federação, nós não estamos diferentes do menor município de Rondônia, do menor município do Brasil. Como entidade Federativa, o Estado de Rondônia tem estado muito estagnado e a nossa tristeza se dá porque foi tema de uma fala nossa aqui, talvez a primeira vez que nós utilizamos a tribuna nesta Casa para orientar, para instigar o Estado a se despertar na questão da segurança pública do Estado de Rondônia. E nós continuamos fazendo uma caminhada pelo interior do Estado e não encontramos avanço nenhum. O dia de hoje foi um dia marcado por uma manifestação feminina, dado ao alto índice de feminicídio apresentado no Estado de Rondônia. E a minha preocupação, senhores deputados, é: o que é que o Estado está fazendo para prevenir esses acontecimentos, de que forma o Estado tem se manifestado para por um freio a tudo isso? Nós, há poucos dias comemoramos aqui o Dia Internacional da Mulher e foram diversas falas, foram diversos discursos em torno da valorização da mulher, da proteção da mulher. E nós queremos, no dia de hoje, embora muito triste com as notícias que têm chegado até nós, mas nós queremos dizer ao Estado de Rondônia que nós precisamos sair do discurso, que nós precisamos ir para a prática. Nós não podemos, num Estado com mais de um milhão e setecentos mil habitantes, ter neste Estado apenas 7 delegacias da mulher. Isso é uma vergonha para um Estado progressista como é o Estado de Rondônia. Se é que nós temos o atendimento da segurança pública nos 52 municípios do Estado, porque não há um tratamento, no mínimo, igualitário quando nós temos uma população feminina maior do que a população masculina.

Então nós precisamos, senhores, através dos atos da Assembleia Legislativa, provocar o Governo do Estado a fazer alguma coisa, a se movimentar. A gente não pode, eu disse isso também numa outra fala nossa, cruzar os braços e ver as coisas acontecendo da forma que nós estamos caminhando. E este ano é um ano de muita dificuldade, nós sabemos disso. É um ano de início de Governo com diferentes pensamentos, Pastor Alex, mas nós precisamos nos posicionar neste instante e trazer ideias aqui. E tenho certeza que a Assembleia Legislativa de Rondônia vai se posicionar na defesa dos menos favorecidos e trabalhar, hoje, segurança pública. Defender o interesse da nossa comunidade no que diz respeito à segurança pública é dar melhor condição de vida a nossa sociedade. Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Crispin. Com a palavra Deputado Jair Montes, por 5 minutos, sem direito a aparte.

O SR. JAIR MONTES – Presidente Laerte, em seu nome cumprimento a Mesa; em nome da minha amiga e Deputada Rosângela Donadon, cumprimento todos os deputados aqui presentes; em nome dos nossos amigos concursados, que passaram no concurso, cumprimento a todos; em nome de Francisco Holanda, cumprimento todos do CDL que fazem parte do comércio. Sejam bem-vindos a esta Casa. Eliana que veio lá de Brasília, seja bem-vinda, amiga, também aqui neste plenário.

Senhor Presidente, eu quero, nesta minha primeira fala de 5 minutos, quero fazer aqui uma retrospectiva, um pouco da minha infância e tudo que eu vi ali naquele, infelizmente, aquela tragédia lá em Suzano, Deputado Aécio da TV, Vossa Excelência que é o Deputado da Educação. Parabéns por isso!

E lembro muito bem, eu creio que professora e namorada, a primeira professora e a primeira namorada, ou namorado, quem tem, o homem que tem namorada, não sei. Mas a professora e a primeira namorada ou o primeiro namorado você não esquece o nome. E lembro muito bem, da primeira a quarta série, Deputado Jean, que também lembra com certeza da primeira professora, lá na Escola Brasília, da Professora Maria José, a qual ainda está em vida. E daqui eu quero mandar um grande abraço para ela, Deputado Lebrão. E professor é algo sagrado. Infelizmente por ser tão sagrado é algo desvalorizado, Deputado Eyder. Professor teria que ser, Deputado Presidente Laerte, o profissional melhor remunerado deste País. Infelizmente é o contrário. Não existiriam aqui deputados estaduais, médicos, advogados e outras profissões se não fosse o professor. Não existiriam os cidadãos de bem se não fosse o professor, mas infelizmente tudo fica muito na falácia, tudo fica muito no elogiar, mas na prática é totalmente diferente.

E nós temos hoje, quando você se depara com aquela cena tão triste que aconteceu lá no interior de São Paulo, em Suzano, aqueles dois ex-alunos entrando na escola, e aí você vê as crianças, Deputado Dr. Neidson, as crianças vulneráveis junto com os professores.

E eu estou apresentando nesta Casa, eu vim para esta Casa através dos votos dos vigilantes do Estado. Eu estou apresentando um Requerimento, uma Indicação ao Governo

do Estado. Já que não se pode, Deputado Eyder, ter vigilante, que disse que é muito caro, 24 horas. Mas o que é mais caro, pagar vigilante ou perder vidas, Deputada Cassia Muleta? O que é mais importante, Deputado Crispin? Pagar caro para o vigilante e manter os nossos filhos, as nossas crianças e professores protegidos ou perder vidas? Será que vida tem preço, Deputado Chiquinho? Tem preço vidas? Vidas não têm preço. Vida não tem preço, Deputado Aécio. E eu estou apresentando uma proposta ao Governador do Estado de Rondônia e ao Secretário de Educação que nós possamos pelo menos ter vigilantes noturnos e vigilantes em feriados e final de semana. Porque muitas vezes nós estamos preocupados em proteger patrimônios. A escola é a mais importante, o quadro as carteiras são importantes? São importantes, mas não são mais importantes do que uma vida. Eu tenho certeza que se naquela escola tivesse um vigilante, poderia ter entrado, sim, e ter matado uma pessoa, mas no primeiro tiro que ele desse levaria o outro, não teria feito o estrago que fez ali.

Infelizmente, esse modismo está se espalhando e pode chegar, sim, ao nosso Estado e a nossa capital. Já vimos muitos relatos de alunos querendo ser herói já fazendo vídeo e falando: Escola João Bento, te prepara que eu estou chegando aí. Uma coisa maldosa! E aqui fica o alerta ao povo do Estado de Rondônia, à Secretaria de Segurança Pública para que comece a reprimir, para que não deixe esse modismo se espalhar, porque pode começar de uma brincadeira e virar realidade.

Peço a Deus que o Governo do Estado olhe com carinho a proposta que nós estamos apresentando para que nós possamos restabelecer as vigilâncias no Estado, nas escolas estaduais. Aqui no município, o Prefeito queria tirar. Eu como Vereador proibi, fiz uma Lei, mesmo uma Lei inconstitucional, com vício de iniciativa, ele não teve coragem de entrar com ADIN, e a Lei vale. Todas as escolas do município têm vigilantes, no Estado não tem. Todo tempo são assaltadas as escolas do Estado de Rondônia. Então chegou à hora de reparar este grande desmando que foi feito com a educação, valorizando, no mínimo, a segurança nas escolas. Tenho dito, senhor Presidente. Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Jair Montes, por cumprir o tempo regimental. Passo a palavra agora, por cinco minutos, sem direito a apertes, ao Deputado Adelino Follador.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Pela Ordem, senhor Presidente. Gostaria de cumprimentar a comitiva lá do Município de Buritis, pessoal pecuarista ali naquela região e que nos alegra muito com a presença de vocês. Sejam muito bem-vindos a esta Casa.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores deputados; pessoal aqui presente; pessoal de Buritis com certeza a gente conhece a situação que está lá hoje, parabenizar pela iniciativa de vocês estarem aqui hoje. Também o pessoal do concurso que está aguardando, um abraço.

Mas eu venho hoje neste Pequeno Expediente para falar mais uma vez, já falamos da situação das estradas da região ali daquela região de Buritis, Alto Paraíso, Monte Negro, Rio Crespo, Cacaupândia, Cujubime, com certeza, hoje estivemos de novo com o Diretor Geral do DER, e parece que dia 29 foi

aberta a licitação de novo, a respeito da compra da massa asfáltica para poder tampar os buracos, para fazer aquilo que precisa fazer no Estado de Rondônia. Então, tomara que dê certo, que agilize porque a população não aguenta mais esperar. Buritis está fazendo o tapa-buraco com cascalho e um pouco de cimento, mas isso é uma emergência. Precisamos urgente, têm trechos, inclusive não só Buritis, mas Cacaupândia, a 257, Cujubim tem vários trechos de asfalto que está praticamente deteriorado, não tem mais como fazer tapa-buraco, vai ter que fazer asfalto novo. Então, nós fizemos lá essa cobrança. A questão também do processo para poder fazer o projeto da ponte de Alto Paraíso. Nós fizemos uma indicação, estivemos com o Diretor Geral, estivemos com o residente, duas vezes; essa semana, com o Diretor Geral. E, agora, nessa semana, está sendo transportada a balsa para colocar ali emergencialmente, para poder, enquanto faz o processo para licitar o projeto da ponte, depois licitar a ponte e depois a construção da ponte. Com certeza isso, o Deputado Ezequiel conhece, muitas vezes esteve no DER, sabe que isso vai, no mínimo, dois anos. Então, nós precisamos agilizar o processo para licitar o projeto agora, para que na seca seja feito aquele, a sondagem da ponte, porque senão nós vamos ter que esperar baixar as águas no ano que vem. Tem que ser agora, mês de junho, julho, agosto, que a água já desceu, é hora de fazer o projeto para poder licitar ainda este ano, não é, Deputado Ezequiel? Vossa Excelência conhece mesmo a tramitação, para que o ano que vem seja construída a ponte, senão nós vamos perder mais um ano. Então, aquela comunidade, aquele povo que mora lá, a gente sabe o quanto está desesperado, em função da situação que criou. A saída para Triunfo está péssima, a saída do B-20, tirou essa semana três atoleiros, muito difícil, está fazendo desvio. A ponte do Massangana, até que enfim, agora, deu a ordem de serviço. Está baixando a água e ontem o empreiteiro esteve lá. Tomara que faça esse trabalho o mais rápido possível, para liberar, que isso desde o ano passado está pendente, e isso nos preocupa muito. Então, essa questão de estrada é fundamental para o transporte escolar, para as pessoas se movimentarem. Hoje, só naquela região ali de Alto Paraíso, tem mais de cinco mil hectares de soja plantado. Então, tem que sair agora. Está saindo ali pelo B-40, dando a volta lá por Ariquemes para poder vir para Porto Velho. Então, nós precisamos resolver isso o mais rápido possível e o Diretor Geral prometeu se empenhar. Toda semana nós estamos lá cobrando, espero que de fato, agora, aconteça o mais rápido possível. A minha preocupação é abrir esse processo para que a gente consiga fazer, resolver o mais rápido possível a questão de ponte. Então, deixar registrado neste Pequeno Expediente, a 257, nós estivemos lá também. O asfalto que foi feito o ano passado, se não me engano a E.J, o Deputado Ezequiel conhece muito bem a E.J, fez a lama asfáltica o ano passado e está soltando tudo. Nós fizemos a denúncia hoje, o Diretor Geral que mande a empreiteira voltar e refazer aquele asfalto. Não pode jamais pagar o asfalto dessa maneira. Então, foi feito, menos de três meses que foi feita aquela capa, está soltando. Então, nós passamos lá, eu acho que são cinco anos que tem que dar garantia, a empresa tem que ser notificada de imediato para voltar e refazer aquele trabalho. Então, deixamos lá essa denúncia. O Diretor Geral prometeu que vai mandar fiscalização

lá para tomar providência, não só nesse trecho. Eu acho que antes, no trecho anterior também, da outra empresa também, está deteriorando, mas lá parece que já está quase dando cinco anos aquele primeiro trecho.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Questão de Ordem, Deputado. Parabéns pela sua iniciativa...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para concluir, deputado, no Pequeno Expediente não tem aparte, é Questão de Ordem. É quem o deputado? Deputado Ezequiel, depois Vossa Excelência se pronuncia, tá, meu querido? Para concluir, deputado, o tempo já está...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Ele só pediu Questão de Ordem, não pediu aparte, deputado. Então, caberia ao senhor liberar ou não.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – No Pequeno Expediente não tem legalidade. Vamos seguir aqui.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza o Deputado Ezequiel conhece, mas eu quero só registrar, neste Pequeno Expediente, a nossa preocupação na questão de estradas, nessa grande região que a gente tem andado, Vale do Anari, Theobroma, Machadinho, Alto Paraíso, Cacaulândia, Rio Crespo, Cujubim, todos os municípios que nós andamos aí, Jorge Teixeira, que nós também andamos lá, todos estão precisando urgência na recuperação de estradas. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino Follador. Concedida a Questão de Ordem ao Deputado Ezequiel.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Deixa acabar de esclarecer aqui. Muito boa a preocupação do Deputado Adelino. A questão do asfalto ali é um projeto muito bem feito, deputado, porém, infelizmente as empresas que acabam pegando algumas de nossas obras no Estado, acontece esse tipo de situação. E, com certeza, o DER tem que notificar a empresa o mais rápido possível, para que tão logo seja possível fazer essa reparação, porque senão vai ficar não conta do Diretor do depois e dos engenheiros que são os fiscais da obra, depois, que vão acabar também por responder.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Ezequiel. Queria registrar a presença do ex-deputado desta Casa e atual Prefeito Nilton Caetano, que se faz presente, Prefeito do Município de Espigão d'Oeste, que está aqui. Relembrando que ex-deputado pode fazer presença no Plenário, desde que esteja trajando terno e gravata, só não tem direito a voz e a voto, mas pode estar no plenário. O projeto que foi aprovado aqui de nossa autoria, aprovado pelos colegas do mandato passado. Cumprimentar aqui o senhor Roger Ribeiro, Vice-Presidente da Junta Comercial do Estado de Rondônia, leve o nosso abraço ao Wladimir, que faz um excelente trabalho na Junta Comercial, o Presidente. Cumprimentar aqui o Fabrício Melo, Vice-Prefeito no Município de Rolim; cumprimentar aqui o Sílvio Persivo, Vice-Presidente

do Conselho Regional Econômico; o senhor Osvino Juraszek, consultor da Fecomércio; Eduardo Cardoso, Diretor Fiscal, representante da CDL de Ji-Paraná e a senhora Sandra Maria de Freitas Coutinho, Federação das Câmaras Dirigentes Logísticas do Estado de Rondônia.

Encerradas as Breves Comunicações, passemos à Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Presidente, Questão de Ordem. Inscreva-me aí no Grande Expediente, por favor, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vossa Excelência já está inscrito. Deputado Lazineiro também nas Comunicações de Lideranças.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Falar no Grande Expediente, também.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está inscrito nas Comunicações de Lideranças, que é em seguida, pelo período de 20 minutos, Deputado Chiquinho.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Cria no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a Frente Parlamentar Permanente para tratar de assuntos de acordos comerciais e investimentos entre o Estado de Rondônia - Brasil e China.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO ADAILTON FÚRIA. Transfere a Sede do Poder Legislativo para o Município de Cacoal no dia 08 de agosto de 2019, com a finalidade de realizar Sessão Itinerante Extraordinária na ocasião da Exposição Agropecuária de Cacoal –EXPOC, agendada para o mês de agosto de 2019.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Acrescenta dispositivos da Lei nº 3.686, de 08 de dezembro de 2015, que “Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental do Estado de Rondônia”.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER. Institui o Dia Estadual de Conscientização da Síndrome de Berdon.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Institui na forma que especifica, o Programa Legislativo Democrático e Participativo, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer Votos de Pesar aos Alunos e Servidores vítimas do massacre na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Raul Brasil, no município de Suzano, localizado no Estado de São Paulo, que vitimou onze pessoas.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Requer à Mesa Diretora, realização de Sessão Solene para entrega de “Voto de Louvor” ao Colégio Tiradentes II da Polícia Militar do Distrito de Jaci-Paraná, Município de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer à Mesa Diretora, Audiência Pública a ser realizada no dia 25 de março de 2019, às 09:00 horas, no Plenarinho desta Casa de Leis, para tratar sobre os impactos da enchente do rio Madeira nas comunidades ribeirinhas, urbanas e rural de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Requer à Mesa Diretora, que seja realizada de Sessão Solene para entrega de homenagem ao Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE pelos relevantes serviços prestados, por meio de programas sociais e assistenciais à comunidade rondoniense.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX SILVA. Requer a realização de Audiência Pública, no dia 08 de abril de 2019, às 15:00 horas, com o objetivo de debater sobre os casos de feminicídio e de violência contra a mulher, bem como, discutir políticas públicas a serem implementadas para neutralização dessas ocorrências no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com cópia ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER, que encaminhe o Plano de Ação para as Estradas do Estado de Rondônia para o ano de 2019.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer à Mesa Diretora que seja enviado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Meio Ambiente – SEMA, de Porto Velho, para que no prazo de 10 (dez) dias, informe a esta Casa de Leis quais licenças de competência desta Secretaria foram emitidas em favor da Energia Sustentável do Brasil – ESBR, UHE – Jirau, destacando quais estão vigentes e seus respectivos prazos de validade, informar ainda sobre acordos de compensação e o status de cada um, se foram ou não cumpridos, e enviar cópias dos respectivos documentos.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer à Mesa Diretora que seja enviado pedido de informações a Excelentíssima Senhora Superintendente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no Estado de Rondônia, para que no prazo de 10 (dez) dias, informe a esta Casa de Leis quais licenças vigentes e seus respectivos prazos de validade que foram concedidas pelo IBAMA em favor da Energia Sustentável do Brasil – ESBR, UHE – Jirau, informar ainda sobre acordos de compensação e o status de cada um, destacando se foram ou não cumpridos, e enviar cópias de documentos.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer à Mesa Diretora que seja enviado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação – SEDUC, para que no prazo de 10 (dez) dias, informe a esta Casa de Leis, quais ações estão sendo tomadas para que os professores possam participar da alimentação escolar, haja vista, que o Memorando Circular nº 4/2019/SEDUC – SAE, que informa sobre PNAE nº 05/2016, proíbe que professores, diretores e demais membros da escola participem da merenda escolar.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer à Mesa Diretora que seja enviado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, para que no prazo de 10 (dez) dias, informe a esta Casa de Leis quais licenças de competência desta Secretaria foram emitidas em favor da Energia Sustentável do Brasil – ESBR, UHE – Jirau, destacando quais estão vigentes e

seus respectivos prazos de validade, informar ainda sobre acordos de compensação e o status de cada um, se foram ou não cumpridos, e enviar cópias dos respectivos documentos.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer pedido de informações à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, sobre os motivos que ensejaram a interdição da E.E.E.F.M Benedito Laurindo Gonçalves e quais as providências a serem tomadas na Unidade Educacional, localizada no Município de Parecis – RO.

- REQUERIMENTO DE AUTORIA COLETIVA. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, o encaminhamento deste Requerimento ao Coordenador da Bancada Federal do Estado de Rondônia, para que destinem Emenda de Bancada para viabilização da construção da nova Escola EEEFM - Estadual Governador Petrônio Barcelos de Ensino Fundamental e Médio, que será a Escola Modelo do Estado na formação dos nossos jovens, situada no Bairro Nova Porto Velho, nesta Capital. O custo aproximado é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópias à Secretaria de Estado de Segurança Pública, Defesa e Cidadania (SESDEC), pedido de informações sobre a conclusão do novo prédio da Unidade Integrada de Segurança Pública - UNISP, do Município de Burity - RO.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS. Requer à Mesa Diretora, seja solicitado junto ao Governo do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas e Rodagens – DER, informações do plano de trabalho anual de todas as estradas pavimentadas e não pavimentadas.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS. Requer à Mesa Diretora, seja solicitado junto ao Governo do Estado de Rondônia, através do Departamento de Estradas e Rodagens – DER, informações de todas as obras públicas que estão sendo executadas, a executar, bem como as obras que se encontram paralisadas.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS. Requer à Mesa Diretora, seja solicitado junto ao Governo de Rondônia, através do Departamento de Estradas e Rodagens - DER, relação total de servidores efetivos, celetistas, comissionados e cedidos de outros órgãos e suas devidas lotações a partir de 01 de janeiro do corrente ano.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS. Requer ao Governo do Estado, através do Departamento de Estradas e Rodagens – DER, informações sobre a relação de máquinas, equipamentos, especificações e cadastros patrimoniais na sua totalidade, inclusive os que se encontram cedidos e em manutenção, pertencente ao Departamento de Estradas e Rodagens – DER.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Presidente da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia - CAERD, esclarecimentos quanto às notícias de aumento tarifário nas contas de consumo de água para o ano de 2019 no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer à Secretária de Estado da Justiça - SEJUS, Senhora Etelvina da Costa Rocha, informações acerca da falta de tornezeiras eletrônicas, assessórios e a deficiência no sistema de monitoramento, na Casa de Prisão Albergue Masculino, em Jiparaná.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia - CAERD, Senhor José Irineu Cardoso Ferreira, informações e providências quanto ao abastecimento de água no Distrito de Vista Alegre do Abunã.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Requer ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, em caráter de urgência, providências e informações quanto a real situação do Instituto de Educação Estadual Carmela Dutra, que, conforme denúncia feita pelos alunos da Instituição de Ensino, vem apresentando diversas irregularidades, necessitando de reforma urgente.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer que seja oficiado à Secretaria de Estado de Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS, requerimento de informações referentes aos Programas de Habitação Social planejados e em construção; quantas habitações foram entregues e falta entregar; quantos Projetos de Moradia foram entregues sem equipamentos públicos, na área urbana e rural, no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer que seja oficiado ao Poder Executivo, requerimento de informações referente aos recursos oriundos dos empréstimos do Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia – PIDISE.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer que seja oficiado ao Poder Executivo, Requerimento de informações referente ao recebimento de jetons pelos membros da Junta Administrativa de Recursos e Infrações (JARI), e do Conselho Diretor, cópias de Atas e Planilhas de Empenhos do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer que seja oficiado ao Poder Executivo, requerimento de informações referente ao Quadro de Agentes de Trânsito efetivos com suas respectivas lotações, funções gratificadas e concessões de diárias e algum tipo de bonificação por desempenho de atividades, do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer que seja oficiado à Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, requerimento de informações referente à Convênio de Transporte Escolar do Município de Nova Mamoré e o Governo do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer que seja oficiado à Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, requerimento de informações referentes ao convênio de transporte escolar do Município de Nova Mamoré e o Governo do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer que seja oficiado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI, requerimento de informações referente ao saldo de Calcário, retirado e para retirar pelos municípios do Estado de Rondônia.

Lidas as matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, só uma Questão de Ordem. Presidente Laerte, eu só gostaria de registrar a presença da Lurdes Maria, minha amiga, aqui no plenário, e também o

Robson, lá de Ji-Paraná, nosso amigo, liderança lá do município. Muito obrigado pela presença. E do Ezequiel, ex-deputado, nosso colega aqui na Casa, aqui presente também. Muito obrigado aí pela presença, nosso grande amigo Ezequiel Júnior.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está registrado, nobre Deputado Edson Martins, os nossos amigos de Ji-Paraná que se fazem presente aqui. Registrar também a presença do Ranieri Araújo Coelho, Presidente da Fecomércio e Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que se encontra aqui presente conosco.

Solicito ao senhor secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas. Deputado Adailton Fúria, inscrito nas Comunicações Parlamentares.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer Votos de Pesar aos alunos e servidores vítimas do massacre na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Raul Brasil, no município de Suzano, localizado no Estado de São Paulo, que vitimou onze pessoas.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Requerimento do nobre Deputado Jair Montes. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Requer à Mesa Diretora, realização de Sessão Solene para entrega de Voto de Louvor ao Colégio Tiradentes II da Polícia Militar, do distrito de Jaci-Paraná, Município de Porto Velho.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Requerimento do nobre Deputado Aécio da TV. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer à Mesa Diretora, Audiência Pública a ser realizada no dia 25 de março de 2019, às 09:00 horas, no plenário desta Casa de Leis, para tratar sobre os impactos da enchente do rio Madeira, nas comunidades ribeirinhas, urbana e rural de Porto Velho.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Requerimento do nobre Deputado Marcelo Cruz. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão ao requerimento, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Requer à Mesa Diretora, que seja realizada Sessão Solene para entrega de homenagem ao

Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, pelos relevantes serviços prestados, por meio de programas sociais e assistenciais à comunidade rondoniense.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Requerimento do nobre Deputado Eyder Brasil. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis ao requerimento permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX SILVA. Requer realização de Audiência Pública no dia 08 de abril de 2019, às 15:00 horas, com o objetivo de debater sobre os casos feminicídio e de violência contra a mulher, bem como, discutir políticas públicas a serem implementadas para neutralização dessas ocorrências no Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o Requerimento do nobre Deputado Alex Silva. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Só, senhor Secretário, para registrar a presença aqui do ex-deputado, nosso amigo Ezequiel Júnior, da 9ª legislatura, que se faz presente. Podem sentar aqui, vocês têm hoje essa liberdade, são os dois primeiros deputados que fazem uso dessa Lei, Deputado Lebrão, o ex-deputado Nilton e o ex-deputado Ezequiel, que está presente no plenário conosco.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – VETO PARCIAL 001/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 265. Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 976/18, de autoria do Deputado Só Na Bença que “Dispõe acerca da criação do Dia da Consciência Negra no Estado de Rondônia, bem como a implementação de ações para conscientização e promoção da cultura negra nas escolas e órgãos públicos”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em votação o Veto nº 001/19. “Veto Parcial ao Projeto de Lei 976/18 de autoria do Deputado Só Na Bença, que ‘Dispõe acerca da criação do Dia da Consciência Negra no Estado de Rondônia, bem como a implementação das ações para conscientização e promoção da cultura negra nas escolas públicas’”.

O parecer das Comissões é pela manutenção, é pela manutenção do referido Veto. Em discussão.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, Questão de Ordem. Eu recebi aqui o Veto Total nº 001/19, e no outra está à mesma coisa, 001/19.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Um é Parcial e o outro é Total, não é? Então, esse éo Parcial.

O SR. JAIR MONTES – Só que esse aqui, um fala sobre a questão de autoria coletiva que revoga a Lei Complementar, daquela das taxas, e esse daqui fala sobre Consciência Negra. Está tudo junto, o mesmo Veto? Não é da mesma?

SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não, o Veto, me deixa ver aqui.

O SR. JAIR MONTES – Porque, eu acho que tem alguma coisa errada aí, não tem não? Um é do Executivo, o outro é do Legislativo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Esse é o parcial, esse é o primeiro parcial. O parecer do Deputado Marcelo Cruz, na Comissão de Constituição e Justiça, é pela rejeição, é pela rejeição total do Veto do Executivo.

O SR. JAIR MONTES – Correto, esse ainda vai votar, não é?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Esse vai votar agora, correto?

O SR. JAIR MONTES – Tá.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir, para discutir a matéria. Solicito a abertura do painel para a votação. Os Deputados favoráveis ao Veto votem ‘sim’, e os contrários votem ‘não’.

O SR. JAIR MONTES – Qual é essa matéria, para tirar dúvida? Eu preciso entender, Presidente. Está meio dúbio isso aqui, Presidente, para votar está meio dúbio.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Veja qual é a matéria, Presidente.

O SR. JAIR MONTES – Está dúbio. Eu não sei se eu estou votando nas taxas ou se eu estou votando lá no do Deputado Só Na Bença, o ex-deputado Só Na Bença.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vossa Excelência está votando o Veto.

O SR. JAIR MONTES – O Veto do Deputado, ex-deputado Só Na Bença?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – o Veto do Deputado Só Na Bença. A matéria aqui é o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 976/18 de autoria do Deputado Só Na Bença, que dispõe acerca da criação do Dia da Consciência Negra no Estado de Rondônia.

O SR. JAIR MONTES – Nós estamos votando esse?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Que Vossa Excelência já votou na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. AÉLCIO DA TV – Manutenção do Veto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente. Deputado Jair, nós acatamos Dia da Consciência Negra. Mas foi vetada só a parte onde criava despesas, porque era ilegal. Então, foi acatado o Veto Parcial.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O parecer do deputado, como o Deputado Adelino está explicando, o parecer do relator é pela manutenção do Veto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pela manutenção do Veto. A parte que foi vetada é inconstitucional.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Então os deputados, para a manutenção do Veto, votem 'sim', e os contrários votem 'não'. O painel está aberto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Cadê o nosso painel, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Estão arrumando, é porque a empresa... A gente precisa melhorar o som, precisa melhorar aqui a parte, essa parte aqui digital, o painel. Mas a empresa ainda não entregou, ainda não entregou todo o serviço. Era para ter entregado este mês.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, nós temos paciência com Vossa Excelência, porque pegamos aqui um negócio feio, faltando pedaços aqui.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- não votou
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- não votou
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- não votou
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- não votou
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- não votou

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O Veto foi mantido por 17 votos a favor e nenhum contra. O Veto foi mantido. Vai ao Expediente.

Só cumprimentar aqui o Presidente do PSDB, do Município de Ariquemes, Ricardo Nascimento, Cláudio Santos, Prefeito do Município de Theobroma, e Presidente da Associação Rondoniense dos Municípios; Roney do Hospital, da Câmara Municipal de Buritis. Maria Conceição, Secretária Adjunta do Estado de Educação, que se faz presente; senhor Diego Campos, Presidente interino do Banco da Amazônia, esse aqui é bom, não é? Banco da Amazônia. Danielzinho da Autoescola, Vereador da Câmara Municipal de Buritis. Está registrada a presença.

Próxima matéria.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – VETO TOTAL 04/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 267. Veto Total ao Projeto de Lei 883/18, de autoria do Deputado Léo Moraes. "Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Rondônia, os Jogos Universitários Rondoniense - JUR, e dá outras providências".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Senhores deputados, em discussão e única votação, o Veto Total, Mensagem 267. Veto Total 04/19, ao Projeto de Lei 883/18 de autoria do Deputado Léo Moraes. "Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Rondônia, os Jogos Universitários Rondoniense - JUR, e dá outras providências." O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela manutenção ao Veto Total 04/19.

Em discussão o Veto Total nº 004/19. Solicito a abertura do painel para votação. Os deputados favoráveis ao veto votem 'sim', os contrários votem 'não'.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Isso é para vetar o Dia do JUR? Para manutenção do Veto?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela manutenção do veto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Tendo em vista que esse projeto é inconstitucional a partir do momento que está criando despesas essa programação, e também essa questão é competência do Estado trazer...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – É prerrogativa de o Estado trazer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mandar para a Assembleia e não iniciativa nossa. E também da maneira que ele colocou, têm várias situações que criam despesas.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado, Chiquinho da Emater, Deputado Adelino, Deputado Ezequiel Neiva, Jean Oliveira, Rosângela Donadon os que faltam.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- não votou
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- não votou
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- não votou
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim

- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- não votou
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- não votou
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- não votou

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Registre nos Anais da Casa o voto favorável ao Veto do Deputado Chiquinho da Emater.

Então, por 16 votos favoráveis, 01 voto contrário, fica mantido o Veto. A matéria vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – VETO TOTAL 008/2019 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 278. Veto Total ao Projeto de Lei 985/2018, de autoria do Deputado Hermínio Coelho, que "Proíbe a apreensão e a remoção de veículos em função do atraso no pagamento do IPVA".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Senhores Deputados, em discussão única e votação o "Veto Total 008/2019 ao projeto de autoria do Deputado Hermínio Coelho, que proíbe a apreensão e remoção de veículos em função do atraso no pagamento do IPVA".

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça, relatado pelo nobre Deputado Aécio da TV é pela manutenção do veto da referida matéria. Solicito que seja aberto o painel para votação. Os deputados favoráveis ao Veto votem 'sim', os contrários votem 'não'.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, qual é a justificativa?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A justificativa da Comissão de Constituição e Justiça é, "Com base nas análises dos dispositivos constantes ao Veto Total do projeto, considerando as justificativas apresentadas pelo autor e após análise do referido Veto com referência a sua constitucionalidade, legalidade e legitimidade, emito parecer pela manutenção do Veto."

O SR. ADELINO FOLLADOR – É que tem uma matéria já, tem matéria em nível nacional já proibindo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Dessa matéria ainda não tem não. Se nós formos olhar a Constituição no artigo 150 é muito claro quando diz que é vedada a proibição de qualquer bem como forma de cobrar tributo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Coerção. O Estado não pode...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Então, na verdade já tem essa matéria, vários Estados ganharam liminar, foi cassada a liminar, é um tema bem...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Portanto, eu sugiro o voto para derrubada do veto, Presidente, eu sugiro o voto para derrubada do Veto porque há constitucionalidade para isso.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Cadê o Deputado Aécio da TV que não está aí para fazer a defesa do seu parecer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Colocar para votar, os deputados favoráveis ao Veto votem 'sim', os contrários votem 'não'. Eu voto 'não' porque eu já apresentei essa matéria uma vez, eu acho que ela é importante.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu voto 'não', senhor Presidente, já votei 'não'.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Vou votar 'não' também.

O SR. ALEX REDANO – Está votado 'não', Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está em votação, nobre Deputada Rosângela Donadon, Deputado Adailton Fúria, Deputado Adelino Follador, Alex Silva, Ismael Crispin, Jean Oliveira.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Hoje a questão do IPVA hoje, mais do que 40% são inadimplentes, se permitir que não prendam os carros aí vai ser difícil cobrar. E aí 50% dos municípios...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não, mas tem o licenciamento. Têm 12 votos, falta 01 voto para derrubar o Veto. Por enquanto, 12 votos para derrubar o Veto, tem que ter 13 votos para o Veto ser derrubado, falta 01 voto. O Pastor Alex vai corrigir o voto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adailton Fúria	- não votou
- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Alex Silva	- não
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- não
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não votou
- Deputado Eyder Brasil	- não
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- não
- Deputado Jair Montes	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não votou
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- não votou

- Deputado Marcelo Cruz - não votou
- Deputada Rosângela Donadon - não

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Com 13 votos contrários e 05 votos a favor, foi rejeitado o Veto. Vai ao Expediente. Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – VETO TOTAL 011/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 281. Veto Total ao Projeto de Lei 972 de autoria dos Deputados Anderson do Singeperon e Dr. Neidson, que “Dispõe sobre a regulamentação das condições de repouso dos profissionais de enfermagem nas instituições de saúde públicas e privadas do Estado de Rondônia”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão única e votação o Veto Total 011/19, ao Projeto de Lei nº 972, de autoria dos Deputados Anderson do Singeperon e Dr. Neidson que “Dispõe sobre a regulamentação das condições de repouso dos profissionais de enfermagem nas instituições de saúde públicas e privadas do Estado de Rondônia”.

O parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, lembrando que o parecer é opinativo. Deputado Jean Oliveira, Veto Total tem apreço e decide corrigir o vício de iniciativa visto que a matéria é de competência exclusiva da União. Vale ressaltar que a Lei Federal nº 7.498, de 25 de julho de 2006, dispõe sobre a regulamentação do exercício dos profissionais da Enfermagem.

É pela manutenção do Veto o parecer do Relator. O painel já está aberto. Os deputados que forem manter o Veto, votem 'sim', e os que forem contra votem 'não'.

O SR. DR. NEIDSON – Na verdade, senhor Presidente, este Projeto de Lei já é regulamentado pelo COFEN, que é o Conselho Federal de Enfermagem, também, só que não é aplicado ainda, às instituições privadas realmente não aplicam aqui no nosso Estado de Rondônia. Então com o intuito desta situação, nós tentamos através deste Projeto de Lei, colocar como lei no Estado de Rondônia. Um Projeto de Lei foi também de iniciativa do Deputado Anderson Pereira para regulamentar.

O Governo do Estado já tem essas regulamentações, já temos os repousos aí, e, por Lei, os profissionais da área de saúde, por tantas horas trabalhadas, têm um horário de repouso. Então, foi somente para regulamentar.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Deputados este Projeto não vai gerar nenhum gasto para o Executivo porque nas instituições públicas já existe o local de repouso, nas privadas que não. Como o Deputado Dr. Neidson disse, o próprio Conselho já regulamentou isso, mas nunca foi cumprido nas instituições privadas. Então, não vai gerar nenhum gasto. A gente pede, solicita aos nobres deputados que digam 'não' ao Veto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Por enquanto tem 10 votos 'não' e 06 'sim'. Por enquanto o Veto está mantido.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Precisamos de 03 votos 'não', ainda.

O SR. JAIR MONTES - Vamos atender ao pedido do nobre deputado para que as pessoas possam fazer no particular, também. Já dei os parabéns pelo projeto, Deputado Anderson.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Por enquanto o Veto está mantido. Tem 10 votos 'não' e 06 'sim'.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adailton Fúria - não
- Deputado Adelino Follador - sim
- Deputado Aécio da TV - não
- Deputado Alex Redano - não
- Deputado Alex Silva - não
- Deputado Anderson Pereira - não
- Deputada Cassia Muleta - sim
- Deputado Chiquinho da Emater - não
- Deputado Cirone Deiró - não
- Deputado Dr. Neidson - não
- Deputado Edson Martins - não votou
- Deputado Eyder Brasil - não votou
- Deputado Ezequiel Neiva - não
- Deputado Geraldo da Rondônia - não votou
- Deputado Ismael Crispin - sim
- Deputado Jair Montes - sim
- Deputado Jean Oliveira - não votou
- Deputado Jhony Paixão - não
- Deputado Laerte Gomes - não
- Deputado Lazineiro da Fetagro - não
- Deputado Lebrão - sim
- Deputado Luizinho Goebel - não votou
- Deputado Marcelo Cruz - não votou
- Deputada Rosângela Donadon - não

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Com 13 votos 'não', 05 votos 'sim', está rejeitado o Veto. Vai ao Expediente. Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - VETO TOTAL 012/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 283. Veto Total ao Projeto de Lei 732/17, do Deputado Léo Moraes, que “Regulamenta o Sistema e inclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito”.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – É concedida, Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Eu peço aos colegas o apoio, até atendendo todas as Associações Comerciais, as CDLs do nosso Estado, que o nosso colega mantenha o Veto, porque o Correio não dá conta de entregar essas ARs. Já foi visto em São Paulo, já foi derrubada essa lei. O Correio consegue atender 30%. Se nós tivermos que notificar as pessoas receberem o AR para depois eles conseguirem fazer essa inclusão...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Quem não gosta de pagar vai gostar.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Quem não gosta...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Então vou abrir... Essa matéria vai ter... Eu vou colocar, vou abrir o painel para votação, vou ler o relatório, enquanto dá o voto, aí vai ter discussão.

O SR. JAIR MONTES - Mas é importante falar antes que vote.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Então, em discussão única o Veto 012/2019. Veto Total ao Projeto de Lei 732/17, do Deputado Léo Moraes, que “Regulamenta o Sistema e inclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito”.

Em discussão, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, a gente pede que se mantenha o Veto justamente porque a gente acaba votando aqui e beneficiando o mau pagador. E, além de beneficiar, a empresa tem que mandar ainda um AR, o cidadão vai demorar quase um ano para receber esse AR, e quem vai ganhar o dinheiro é o cartório. Então, a gente tem que manter esse Veto.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Registrar a presença do Chico Holanda também, nosso amigo, que está aqui presente.
Deputado Ezequiel, depois Deputado Adelino Follador.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Pelo mesmo encaminhamento do Deputado Cirone, do Jair Montes, realmente, São Paulo é o único Estado da Federação que tinha e foi revogado. Os Correios, em tese, já existe lei que não pode notificar ninguém no trabalho. Ou seja, não vai acabar notificando ninguém dos devedores. A Associação Comercial realmente está muito preocupada porque estão até deixando de abrir crédito, se aprovar essa lei, quem vai perder justamente é o consumidor, que não vai ter o crédito garantido lá na loja para comprar parcelado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Ezequiel. Com a palavra o Deputado Adelino Follador, Questão de Ordem.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero dizer que com certeza nós vamos pela manutenção do Veto, em função, sabendo que depois da notificação, ainda tem que aguardar 15 dias. Então, quer dizer, se a pessoa não estiver em casa, não puder notificar, mesmo que notificar, ainda tem que esperar mais 15 dias. A questão do AR praticamente inviabiliza todo o trabalho que as Associações fazem no Estado, a CDL, e para nós, então, não existe... E estamos aí, então, votando pela manutenção do Veto e pedindo para todos os companheiros também votarem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em votação o Veto Total 012/2019. Solicito que abra o painel. Com a palavra, para discutir, Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, só para deixar registrado o nosso posicionamento na Comissão de Constituição

e Justiça foi pela manutenção do Veto, contra o parecer de que esse projeto poderia ter alguma constitucionalidade, é totalmente inconstitucional. E, além da questão de vícios, nós temos ainda a questão da inviabilidade de se cumprir uma lei como essa, tornando um caos em meio a todo comércio do Estado. Então, meu voto é contra esse projeto, pela manutenção do Veto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Pela manutenção vote ‘sim’, pela rejeição, vote ‘não’. Eu queria só, senhoras e senhores deputados, ressaltar aqui o trabalho organizado que foi feito por todas as entidades representativas do comércio em todo Estado, CDL, Fecomércio, Associação Comercial, que se uniram em todos os municípios para que esse Veto fosse mantido. Então, ressalto e agradeço a presença dos representantes das entidades que se fazem presentes aqui hoje e que, com certeza, influenciaram, e muito, os parlamentares, conscientizaram da importância de se manter esse Veto. Falo isso em nome desta Casa de Leis.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Concedida ao Deputado Aécio da TV, a Questão de Ordem.

O SR. AÉLCIO DA TV – Só para registrar meu voto favorável a manutenção do Veto, porque essa lei realmente é inviável, ela é inconstitucional e é vício de iniciativa. Não tem a menor condição de implantar essa lei em nosso Estado. Por isso eu sou favorável à manutenção do Veto, como fui lá na CCJ.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Com a palavra, Questão de Ordem, ao líder do governo, Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL – Presidente, boa tarde. Só para registrar também o meu voto ‘sim’, pela manutenção, entendendo que além de inconstitucional, esta Casa não pode ser um empecilho para o crescimento do nosso Estado, principalmente relacionado, realmente, quem gera emprego e renda aqui no nosso Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputada Rosângela Donadon, falta o voto. Só a Deputada Rosângela; Deputado Anderson, eu não sei se está no plenário. Questão de Ordem concedida ao Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO – Só também confirmar o meu voto ‘sim’ à manutenção desse Veto. E também falar que recebi várias ligações, conversei com vários representantes do comércio, alegando, realmente, a dificuldade que teriam para fazer essas ARs para todos os clientes pendentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Alex.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- sim

- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	-sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- não votou
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- não votou
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Com 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário, fica mantido o Veto. A matéria vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – VETO TOTAL 013/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 01. Veto Total ao Projeto de Lei nº 1115/18 do Deputado Lebrão que “Institui o ensino obrigatório da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, desde a Educação Infantil, até ao Ensino Médio, como disciplina curricular obrigatória para os alunos deficientes auditivos, e não deficientes matriculados na Rede Estadual de Ensino, das instituições públicas e privadas, estendido aos pais de alunos com deficiência auditiva na instituição”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Matéria do eminente Deputado Lebrão, Veto total nº 013/2019. O parecer do Deputado Aécio da TV, pela Constituição e Justiça é pela manutenção do Veto. Em discussão única o Veto.

Para discutir, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Primeiramente, eu quero parabenizar a todos os componentes da Comissão de Constituição e Justiça. E quero dizer que a Assembleia do Estado de Rondônia, eu acho que foi campeã de projetos aprovados com iniciativa de inconstitucionalidade. E esse projeto também, é um projeto inconstitucional. Só que ele serve de alerta para o Executivo, para que dentro desse projeto encaminhe um projeto para a Assembleia Legislativa, Deputado Eyder, que é o nosso Líder do Governo, para que a gente possa dar a mesma oportunidade para os mudos e surdos deste Estado e que tenham condições de concorrer, dentro de uma universidade no vestibular, com as crianças que estão totalmente normais. Então, é um alerta, mas, realmente, o projeto tem iniciativa de inconstitucionalidade.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só pra ressaltar, Deputado Lebrão, mas eu acho que Vossa Excelência chama a atenção do Poder Executivo para a necessidade de se implementar essa matéria que Vossa Excelência leva até o Governo. Com certeza, há de fazer, o Líder do Governo, um trabalho junto ao Governo, para que encaminhe o Projeto, encaminhe esse Projeto aqui para a Casa, e com certeza terá o apoio de todos os nobres deputados.

O SR. AÉLCIO DA TV - Presidente, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir, o Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV - Eu fui o relator desse parecer e quando a gente vê um Projeto desse e, por questão constitucional, a gente tem que dar um voto contrário ao Projeto, quando a gente pede para manter um Veto desse, a gente fica triste. Saber que a gente, às vezes, a população não consegue nem entender por que é que bons projetos não podem ser legislados por nós que somos legisladores, Deputado Jean. Esse Projeto é maravilhoso. É um Projeto extremamente importante para sociedade, extremamente importante para população e nós não podemos legislar, porque estamos invadindo a privacidade do Poder Executivo. Nós não podemos legislar nada que traga qualquer tipo de custo para o Executivo. Nós somos apenas para legislar só por que o Executivo manda para cá, para a gente dizer sim ou não, Deputado Jean. Porque somos muitos limitados nos bons projetos e das boas ideias que saem daqui de dentro. Infelizmente, por uma questão constitucional, eu tive que dar o parecer contrário ao Projeto, pela manutenção do Veto, infelizmente. E eu quero aqui parabenizar ao Deputado Lebrão pela iniciativa de estar despertando no Executivo a necessidade desse projeto vir do Executivo para cá. Parabéns, Deputado Lebrão, essa é apenas a minha justificativa pelo parecer.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Já vou conceder. Obrigado, Deputado Aécio. Só solicito que seja aberto o painel para começar a votação. Os deputados que forem manter o Veto, vote ‘sim,’ os contrários votem ‘não’. O Deputado Anderson Pereira, por Questão de Ordem, depois o Deputado Jair Montes, depois Deputado Jean Oliveira. Aliás, para discutir a matéria ainda.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Senhor Presidente, quero parabenizar o Deputado Lebrão pela intenção, eu tenho discutido essa temática com pessoas bem próximas, inclusive com o Presidente Danilo, o Presidente da Associação dos Surdos do Estado de Rondônia. Eles enfrentam muitas dificuldades, esse projeto, se a gente pudesse, como falou o Deputado Aécio, legislar em relação isso, a gente estaria trazendo um benefício muito grande para a comunidade surda do nosso Estado. Espero que esse Projeto possa sensibilizar o Governo do Estado através também da SEAS, que desenvolva políticas voltadas à acessibilidade do Estado de Rondônia. Nós temos os surdos,

nós temos os cegos, nós temos os especiais que nas escolas não tem, não são tratados da forma que eles deveriam ser tratados, que a própria Lei exige, e isso preocupa a gente. Então, infelizmente é um Projeto que a gente tem que rejeitar por questão de constitucionalidade, mas é um Projeto que com certeza traria muitos benefícios para essa comunidade e que isso possa provocar esse debate neste início de Legislatura, está em discussão de PPA, entre outras questões que vai entrar como prioridade para...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado Anderson. Para conclusão.

O SR. ANDERSON PEREIRA – E com isso dar acessibilidade a pessoas menos favorecidas.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Até agora, só 5 Deputados votaram. O painel está aberto.
Deputado Jair Montes, para discutir a matéria.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Lebrão, existe o voto técnico, existe o voto político. Eu votei tecnicamente lá na CCJ, a pedido do Deputado Lebrão e do Deputado Aécio, à manutenção do Veto. Aqui eu vou votar o voto político, eu vou votar contra. Eu vou votar contra porque eu entendo que o Governo vai ter que entrar com ADIN se a gente votar “não”, e assim ele vai ter que fazer isso. Porque nós vivemos uma situação... Hoje, o que nós temos de surdos, Presidente, é coisa, assim, gigante. Até os concursos públicos, esta Casa fez o concurso, que já está para chamar os aprovados, e nela contempla já. Nós estamos aqui falando, mas pode ter alguém surdo aqui que não está entendendo nada, entendeu? Não está entendendo nada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Verdade. Para concluir, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Eu vou concluir, Presidente. Então, o voto é político, eu vou votar ‘não’.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Jean Oliveira, Questão de Ordem, depois o Deputado Adelino.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, só para dizer que esse Projeto é de suma importância. Eu acho que o Governo poderia começar analisar a inserção dessa matéria já no início da vida letiva das crianças. E o Governo do Estado capacitou, gastou milhões de reais o ano passado, o ano retrasado para capacitação de profissionais da educação. Porque não levar a capacitação de Libras aos profissionais já existentes, já concursados pela Secretaria de Educação e abrir novos concursos com essa modalidade? Porque assim nós não estaríamos aí legislando mais, criando despesa para o Estado, nós estaríamos, simplesmente, criando uma matéria para que os alunos...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – As crianças pudessem já aprender a se comunicar com outras crianças que têm necessidade.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir ainda a matéria em votação, o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza é uma matéria, parabenizar o Deputado Lebrão, mas o Estado tem que se preocupar com as pessoas com deficiência. A inclusão é uma coisa muito boa, mas também tem que dar condições para as escolas assimilarem, receber essas pessoas. Têm várias escolas que eu fiz visita e têm pessoas com problema mental, e o problema mental, às vezes, um acompanhante é pouco, precisa mais do que um acompanhante. E nós sabemos que uma pessoa com problema mental, numa sala de aula com mais de 35 alunos, 37 alunos é impossível o professor dar aula e, às vezes, só um monitor é pouco.

Então, nós precisamos rever a estrutura, a inclusão é muito boa, mas tem que se preocupar em como fazer essa inclusão. É muito preocupante...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, eu gostaria de deixar isso, parabenizar essa preocupação do Deputado Lebrão nessa questão dessas pessoas, mas eu acho que o Governo do Estado tem que pensar nisso. Ao Secretário de Educação, já levei esse problema para ele, que nós não podemos colocar as pessoas lá na escola sem dar condições para os professores, aos diretores para atender.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A conclusão.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O último inscrito para discutir a matéria, Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Senhor Presidente, só a título de encaminhamento, parabenizar aqui o Deputado Lebrão, que se despiu de toda vaidade, em que pese ser o autor do Projeto, mas lá na Comissão de Justiça e Redação ele próprio teve a decência de reconhecer que o Projeto tinha um vício de iniciativa, inconstitucionalidade. E mais ainda, Deputado Lebrão, parabenizar aqui os membros da Comissão de Justiça e Redação que primaram nesse Projeto pelo princípio da legalidade. Isso é importante, mas parabeno Vossa Excelência por ter trazido à baila um tema tão importante. E tenho certeza que a Secretaria de Estado de Educação junto com o Governo e a Assembleia Legislativa vai voltar discutir esse tema que é importante para a nossa sociedade. Meu voto é para a manutenção do Veto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- sim

- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- não
- Deputada Cássia Muleta	- não votou
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jhony Paixão	- não
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- não votou
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Com 15 votos a favor e 5 pela derrubada do Veto, fica mantido o Veto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – VETO TOTAL 015/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 03. Veto Total ao Projeto de Lei nº 1086/18, de autoria da Deputada Rosângela Donadon, que “Institui a Política de Prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer bucal, no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão única e votação o Veto Total 015/19 ao Projeto de Lei de autoria da Deputada Rosângela Donadon, que “Institui a política de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer bucal, no âmbito do Estado de Rondônia, e dá outras providências”.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela manutenção do Veto. O Deputado Adelino Follador foi o relator. Para discussão do Veto. Solicito a abertura do painel para votação. Os deputados favoráveis ao Veto votam ‘sim’, os contrários ‘não’.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza é um projeto da nossa amiga Deputada Rosângela, de suma importância, inclusive ela é da área. Mas traz despesa, é inconstitucional. Nós tentamos, de toda maneira, tentar evitar esse parecer, mas nós não vimos constitucionalidade. Como nós combinamos na Comissão de Redação e Justiça, sempre que possível não votarmos projetos inconstitucionais, então nós fomos obrigados a dar parecer contrário, Deputada Rosângela. Mas a sua intenção é das melhores, espero também que o Governo do Estado lhe isso para poder mandar um projeto dessa maneira, para estender isso, que é muito importante esse serviço bucal, que a saúde começa pela boca. Então, com certeza um projeto muito importante, parabenizar a Deputada Rosângela.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O painel está aberto. Para discutir a matéria, a autora da matéria, Deputada Rosângela Donadon.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON – Senhor Presidente, nós vamos seguir pela manutenção do Veto, porque é inconstitucional. Mas vamos fazer uma indicação, é um projeto importante e nós vamos reformular, fazer uma indicação para o Governo. Obrigada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Alex Redano, Deputado Alex Silva, Deputado Chiquinho da Emater, Deputado Dr. Neidson, Deputado Jhony Paixão e Deputada Rosângela Donadon. Parabenizar a Deputada Rosângela pela iniciativa. Deputada Rosângela, projeto inteligente, importante, necessário e Vossa Excelência, como o Deputado Lebrão, tirou a vaidade, reconhece a inconstitucionalidade da matéria. Mas, com certeza, chama a atenção do Executivo para que envie para cá um projeto, um projeto com o mesmo objetivo deste. Deputada Rosângela, votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adailton Fúria	- sim
- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Alex Silva	- sim
- Deputado Anderson Pereira	- sim
- Deputada Cassia Muleta	- sim
- Deputado Chiquinho da Emater	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Eyder Brasil	- sim
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- não votou
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jair Montes	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jhony Paixão	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- não votou
- Deputado Marcelo Cruz	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Com 21 votos ‘sim’, nenhum voto ‘não’, voto contrário, fica mantido o Veto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Encerrado o expediente, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia...

O SR. JAIR MONTES – Presidente, Questão de Ordem, por favor, antes de encerrar. Presidente, aquele, o Veto Total do 001/19, cadê ele?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não está na pauta.

O SR. JAIR MONTES – Ah, tirou então, não é?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não está, não estava na pauta.

O SR. JAIR MONTES – É porque aqui está.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – É porque, depois foi reformulado, Excelência.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, aqui na Ordem do Dia consta mais três projetos aqui. Um veto e dois...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Esta Sessão é só Veto, aí têm as matérias, os projetos depois.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Faltou o Veto 001.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Foi tirado, foi retirado. Nós vamos ter uma Extraordinária após a Sessão, terminando esta Sessão.

Eu solicito ao Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que convoque uma Sessão da Comissão para deliberar algumas matérias para que nós possamos votar na Sessão Extraordinária, que vamos convocar após o encerramento da CCJ, ainda hoje. Encerrada...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu solicito, senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem ao Deputado Lazinho da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Solicito que nessa Extraordinária, Vossa Excelência requisiute o projeto de suplementação da SEDUC, a Mensagem 244, por favor, me parece que já passou pela Comissão de Constituição e Justiça hoje...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Foi distribuída hoje, o Deputado Aécio da TV vai relatar...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu gostaria de solicitar porque é uma emergência...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vamos solicitar ao relator, se o relator deu o parecer da referida matéria...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Tranquilo...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Porque, conforme compromisso...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Parecer conjunto, tanto a Educação, quanto Constituição e Justiça...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O compromisso que temos é que as matérias distribuídas, não há mudança de relator, mesmo que seja para uma convocação Extraordinária da CCJ...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Certo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Como o Presidente vai convocar, o relator deverá ser o mesmo, após ser distribuída na Sessão da Comissão.

O SR. AÉLCIO DA TV – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem ao Deputado Aécio da TV.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, eu fui procurado pelo pessoal da Secretaria, pedindo encarecidamente que, por questão de urgência, déssemos o parecer. Não foi solicitado o parecer verbal na Comissão, porque se tivesse, assim tivesse acontecido, teríamos dado lá. Eu disse que só poderia dar esse parecer na próxima reunião da Comissão ou, caso o Presidente colocasse o projeto em pauta, que a gente daria o parecer verbal aqui durante a Sessão e estou à disposição e darei o parecer, se necessário for.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de Ordem ao Deputado Cirone, depois o Deputado Jair Montes.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Quero aqui, Presidente, reforçar o pedido aqui do Deputado Lazinho, para colocar esse Projeto, visto que esse convênio aí é do ano passado e nós precisamos aí do transporte escolar, está precisando que esse Projeto seja votado aí, aprovado essa suplementação.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone. Para Questão de Ordem, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, nós tínhamos um PL que era para a semana passada, ficou para agora, da questão das emendas, cadê elas?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Foi lida hoje, vai ser deliberada agora na Comissão Extraordinária da CCJ, que vai ser convocada pelo Presidente após esta Sessão.

O SR. JAIR MONTES – Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir a matéria, Deputado Adelino Follador, depois Deputado Eyder Brasil.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu sugiro, já que o Deputado Aécio falou que vai dar o parecer, viesse a Comissão de Redação e Justiça chamasse também o pessoal da Educação para a gente fazer em conjunto, para deliberar também a

Comissão de Educação junto com a Comissão de Justiça daqui a pouco.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Acabei de solicitar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Solicito ao Deputado Lazinho da Fetagro, Presidente da Comissão de Educação, que faça uma Sessão conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar a devida matéria.

Deputado Eyder Brasil, Questão de Ordem; depois Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. EYDER BRASIL – Por Questão de Ordem, só queria fazer, enaltecer aqui as palavras do Deputado nobre par Adelino Follador. Faço minhas, as suas palavras, meu amigo, em virtude da grande necessidade das nossas crianças, visando que esse recurso em sua quase totalidade, é para arcar com as despesas do transporte público escolar, do transporte escolar. Então, esta Casa, eu tenho certeza, pensando apenas no bem-estar das nossas crianças dos nossos municípios, tem esse pendão por trabalhar pelo povo, e assim o fará.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho da Emater, Questão de Ordem.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Eu só queria também fortalecer o pedido do Deputado Lazinho, da necessidade que temos do transporte escolar, todos nós conhecemos isso, o senhor foi Prefeito, eu que fui Prefeito também, há uma grande necessidade do transporte escolar. Então, vamos colocar em votação hoje, porque é uma necessidade da educação, como todos já...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Chiquinho. Questão de Ordem, nobre Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Presidente, porque não dá o parecer no plenário? Não tem necessidade de fazer uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça e muito menos de Educação.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Coloco em votação, os nobres Deputado, o pleito do Deputado Lebrão, de dar o parecer em plenário.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Voto a favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Os Deputados favoráveis permaneçam como estão, e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ser dado o parecer em plenário. De acordo, Deputado Lebrão, o compromisso que nós temos com as matérias tramitadas nas Comissões, a não ser que o plenário desta Casa, que é soberano, aceite a propositura dos nobres deputados. Deputado Jean Oliveira, Questão de Ordem; depois Deputado Adelino.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só gostaria de dizer qual é o prejuízo, uma vez que nós estamos aqui com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça se colocando à disposição para reunir

a Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu faço parte, sou membro e irei participar, caso exista reunião Extraordinária, de não haver? Eu acredito que é muito mais...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Já foi deliberada a matéria, Deputado Jean. Com a palavra o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu sugiro, Presidente, que o PL também seja votado aqui, então, junto, não precisa ir lá também.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vão ser votadas as matérias deferidas na Ordem do Dia. Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, eu sei que o senhor vai falar a mesma coisa que falou para o Deputado Jean, que já foi votado. Mas eu vou também falar a mesma coisa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Concordo com Vossa Excelência, o plenário é soberano, o plenário decidiu e eu respeito o plenário desta Casa.

O SR. JAIR MONTES – Então, está bom Presidente. Eu vou fazer o negócio.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra, por vinte minutos com direito a aparte, Deputado Dr. Neidson. Enquanto o Deputado Dr. Neidson se dirige à tribuna, Questão de Ordem ao Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – A minha Questão de Ordem é para que Requerimentos como esse que o Deputado Lebrão fez, que são deliberados pelo plenário, que seja feita de forma nominal para que a gente possa ter envolvimento de todos. O senhor fez uma votação aqui que a maioria dos deputados não prestou atenção, sobre uma votação simbólica. Eu fui o único que me manifestei contrário, talvez outros também não concordassem.

O SR. JAIR MONTES – Eu fui aqui também Presidente, fui iludido.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Mas, enfim...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A votação foi transparente, nobre Deputado Jean, inclusive todos ouviram muito bem. E se ninguém se manifestou...

Com a palavra, por vinte minutos, Deputado Dr. Neidson, com direito a aparte.

O SR. JAIR MONTES – Mister M.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, boa tarde a todos, quero cumprimentar todos os presentes. Mas preparei dois vídeos, um com relação ao Março Roxo, que é uma Lei aprovada por esta Casa. Fui convidado a comparecer ao município de Buritis, e nós tínhamos dois trajetos, um indo ali por o Rio Pardo, me

falaram que não era para ir, porque não estava passando os veículos, aí eu decidi ir pela região de Ariquemes, constatando que era asfalto. Mas vejam só, quando nós chegamos, hoje eu vi o Deputado Adelino Follador falando sobre essa região, a RO 460 como se encontra. Isso aí, nós estávamos nos deslocando, quando entramos na RO 460, demoramos aproximadamente duas horas para o percurso de mais ou menos 55 quilômetros. Essa RO, segundo informações lá no município, tem aproximadamente três anos que não é recuperada. E após todo esse trajeto, nós fomos visitar também a estrutura do DER do município de Buritis, a Residência do DER. E nessa Residência nós nos deparamos aí com uma situação caótica na Residência, aí ainda é a RO 460, mas nós pudemos constatar a situação dos maquinários. Já solicitei à Comissão de Fiscalização e Controle se já havia algum requerimento e já havia um requerimento do Deputado Adelino Follador com relação aos maquinários que nós temos no DER, quantos estão funcionando, quantos estão parados. Nós temos, mais ou menos, lá na Residência do DER, umas 15 máquinas. Dentre essas, eu acredito que uns 70 a 80% dos maquinários da Residência estão parados, ou seja, desse jeito não vão conseguir recuperar essa RO 460 nunca. Mas existe uma Ação Civil Pública que já foi dada a decisão, na qual diz que vai aplicar uma multa de R\$ 30 milhões, não sei se era para o Residente ou para o Governador se não fosse realizada a manutenção.

Mas vejam só como se encontram as máquinas do DER. Essa máquina aí, essa patrol é nova, está sem a roda dianteira, sem o eixo dianteiro. Nós filmamos ao redor dela, nem motor tem. Então, como é função de fiscalização da Assembleia Legislativa e eu faço parte da Comissão de Fiscalização e Controle, eu acredito que além do requerimento do deputado Adelino que foi realizado, nós temos que fazer também uma vistoria em várias Residências do DER do nosso Estado para ver realmente. Foi um patrimônio herdado pelo novo Governo, mas não tira a responsabilidade do Governo também de realizar manutenção das nossas rodovias estaduais. E essa aí é uma realidade que nós vemos hoje no nosso Estado de Rondônia. E acredito, e vamos fazer essa proposição através da Comissão de Fiscalização e Controle para fazermos a visita.

O Sr. Alex Redano – Me permite um aparte?

O SR. DR. NEIDSON – Deputado Alex Redano com aparte.

O Sr. Alex Redano – Muito obrigado pelo aparte, Dr. Neidson. Eu quero primeiramente parabenizar Vossa Excelência por essa iniciativa e também cumprimentar e parabenizar o Deputado Adelino, Deputado Geraldo, Deputado Crispin, todos os demais Deputados que estão se manifestando. E realmente está um absurdo o que está acontecendo em nosso Estado de Rondônia nas rodovias estaduais, mais precisamente no Vale do Jamari, onde nós acompanhamos de perto a RO 460. Realmente não cabe mais operação tapa-buraco, aquele resto de asfalto tem que ser retirado e feito um asfalto novo. Nós temos já o bloqueio de recursos financeiros por ordem do Sr. Juiz de Buritis, Hedy, e nós parlamentares temos que nos unir porque a população não aguenta mais.

Fora essa questão da 460, nós temos a RO que liga Machadinho, a questão de Alto Paraíso, eu vi o Deputado Adelino

cobrando, os demais deputados, a ponte, e eu parableno Deputado Adelino à questão da balsa, mas eu penso que nós já temos que agir e exigir que este ano saia essa ponte da região. Desculpe eu me alongar, em outros municípios, mas é uma problemática que está atingindo todo Vale do Jamari. E, Deputado Dr. Neidson, se Vossa Excelência quiser montar uma comissão, eu gostaria de fazer parte e pode contar com meu total apoio, porque realmente essa 460 está um caos e precisa de uma solução imediata. Parabéns, Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – Obrigado, Deputado Alex.

O Sr. Adelino Follador – Um aparte, deputado?

O SR. DR. NEIDSON – Deputado Adelino com o aparte.

O Sr. Adelino Follador - Quero parabenizar o Dr. Neidson pela iniciativa, que eu estive lá também, mas não é só a Residência de Buritis, Buritis é um caso, mas praticamente todo Estado, a região ali de Ariquemes, todo o DER está com uma situação, lá é um caso até especial, em termos de buracos Buritis é um pouquinho mais, mas se forem em Alto Paraíso é quase igual; se for na 257 que vai para Machadinho, é quase a mesma coisa. E o DER, o Diretor Geral prometeu e está fazendo o levantamento das peças que precisa para recuperar. Mas eu até falei com ele hoje, acho que se esperar fazer todo o levantamento do Estado, agora já param as chuvas, precisaria dessas máquinas já estar trabalhando, uma necessidade urgente. Eu quero também me colocar à disposição, Deputado Dr. Neidson, para a gente juntar forças. Nós, toda semana, estamos conversando com o Diretor Geral, o Residente, lá, também de Buritis a gente conversa com ele, o Residente de Ariquemes também, está muito difícil essa recuperação das estradas.

Dia 29 agora está marcada essa licitação pela SUPEL para comprar lama asfáltica, mas eu acho que já está vindo tarde, até entregar, só em maio provavelmente que estará disponível esse material, então é uma situação muito difícil e nós precisamos que o Governo do Estado junto com o DER, junto com todos os órgãos se juntem para tentar resolver, porque sem estrada não se faz nada no Estado, é um atraso. Parabenizar o Deputado Dr. Neidson por essa sua preocupação e conte conosco.

O Sr. Cirone Deiró – Um aparte, deputado?

O SR. DR. NEIDSON - Deputado Cirone.

O Sr. Cirone Deiró – Eu quero parabenizar Sua Excelência, Deputado Dr. Neidson, por nos trazer e expor este vídeo. Às vezes nós ficamos aqui só nas falas e as pessoas não têm noção de como é que está verdadeiramente o nosso equipamento aí do DER. E eu tenho cobrado, Deputado, lá junto ao Diretor Geral, o Coronel Meireles, a recuperação destes equipamentos, visto que aqui em Rondônia, a partir do dia 15 de abril, nós entraremos no período de seca. Então, nós temos que recuperar estes equipamentos, temos que recuperar essas usinas, dar manutenção, para quando chegar o período da seca nós não termos que começar montar a licitação para arrumar equipamentos.

Então, fica aí o nosso reforço o nosso pedido, que o DER faça a licitação da manutenção dos equipamentos, das usinas, que compra dos agregados, faz registro de preço, para que quando chegue à seca nós verdadeiramente tenhamos condições de recuperar essas estradas do Estado de Rondônia que está um caos.

(Às 16 horas e 57 minutos o senhor Laerte Gomes passa a presidência ao senhor Aécio da TV)

O Sr. Laerte Gomes – Só para contribuir, Presidente. Se Vossa Excelência permitir, Deputado Dr. Neidson, como Vossa Excelência tem o tempo regimental de 20 minutos, e nós temos 08 deputados inscritos no Grande Expediente, as pessoas que forem apartear serem bem breves em suas apresentações.

O SR. DR. NEIDSON - Isso, eu já iria fazer o pedido.

O Sr. Laerte Gomes – Para Vossa Excelência cumprir o tempo regimental de 20 minutos.

O SR. DR. NEIDSON – Ainda tem um vídeo aí para mostrar...

O Sr. Lazinho da Fetagro – Vossa Excelência está atrasando o processo.

O SR. DR. NEIDSON – Deputado Chiquinho da Emater, que seja bem breve porque eu tenho um vídeo ainda, das crises convulsivas. Depois tem o Deputado Ezequiel também que está...

O Sr. Chiquinho da Emater – Deputado Dr. Neidson, obrigado pelo aparte. Mas é uma tristeza ver a BR 460 em uma situação dessas, onde dá acesso não só a Buritis, mas dá acesso ao município de Campo Novo, ali o Rio Branco; dá acesso também ao distrito de Jacinópolis, uma região altamente produtiva de leite, de gado de corte, de café e de cacau, e o Estado, Deputado Eyder Brasil, tem que tomar as providências urgentemente. Nós já estamos quase no final de março e esse maquinário já era para estar ou deveria estar já em manutenção, rapidamente, porque está chegando à seca e tem a questão do transporte escolar e um monte de outras coisas. O pessoal que vem todos os dias a Ariquemes para fazer faculdade, tem a questão do hospital de Buritis que vai ser reformado e essa estrada sem condições de tráfego vai prejudicar todo mundo daquela região. É uma grande pena a gente ver uma situação dessa estrada. Eu não quero culpar o governo atual, mas é uma estrada que tem que se recuperar urgentemente.

O SR. DR. NEIDSON – Deputado Lazinho da Fetagro.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Parabéns, Deputado Dr. Neidson. Eu não vou ficar aqui tomando tempo. Eu vou falar da estrada em si.

O Sr. Ezequiel Neiva – Deixa para mim, Deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Eu quero sugerir a esta Casa, que chame o Governador e sente com ele para tentar juntos achar

uma solução. Não existe, não adianta a gente ficar falando do maquinário, não adianta ficar falando da questão do recurso, porque não tem.

O Governador tem que decidir, se ele achar que vai recuperar as estradas, Deputado Neidson ou Deputado Ezequiel, com a estrutura que temos no DER, esqueça, porque não vai recuperar. Se tiver que fazer financiamento, se tiver que comprar maquinário, o que tiver que ser feito, eu quero sugerir a esta Casa que convoque o Governador para sentar e discutir isso. Porque não adianta, o maquinário que tem está todo defasado, e não é no segundo ano do Governo Confúcio, quatro anos de mandato, no primeiro mandato do Confúcio, quando acabou o mandato, o maquinário estava todo deteriorado. Trabalhou os últimos quatro anos na marra. Trabalhou pela competência de quem estava lá.

O Sr. Ezequiel Neiva – Deputado Lazinho, obrigado.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Mas antes de...

O SR. DR. NEIDSON – Deputado Ezequiel, seja breve que eu tenho que apresentar o vídeo.

O Sr. Ezequiel Neiva – Rapidinho aqui. Obrigado, Deputado Lazinho. Porque é o seguinte, poucos Deputados...

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) - Vai ficar só no aparte, seu tempo está acabando, Deputado.

O Sr. Ezequiel Neiva – Os deputados sabem que estes equipamentos, 95% deles são de 2011, nós estamos com 08 anos de vida útil destes maquinários. Quer dizer, e olhe como o DER trabalha. Vossas Excelências sabem como o DER trabalha. Mas, Deputado Dr. Neidson, a manutenção é necessária, dá tempo de fazer essa manutenção, mesmo que faça essa manutenção no dia 15 de abril, e no final todos estejam em condições, é possível que no dia 10 de maio, 30% vão estar de novo no toco, porque os maquinários são velhos. Tem que comprar equipamentos novos.

Agora, só falando aqui, Deputado Aécio, do asfalto. Nós temos duas modalidades de asfalto em Rondônia. Um que é o TSD e o outro que é o CBUQ, 90% dos nossos asfaltos são feitos em TSD, que não é nem asfalto, é um tratamento superficial duplo. Este asfalto aí para Buritis, com um ano de vida já começou a dar problema, já teve que fazer a manutenção. A empresa que fez ele está respondendo na Justiça até hoje, está inadimplente, não pode pegar mais obra. Mas é um asfalto em TSD.

Nós fazíamos, Deputado Dr. Neidson, três manutenções cada dia de novembro até janeiro, até março nós fazíamos três tapa-buracos nesta rodovia, para que ela pudesse estar em condições. Acontece que neste final de ano não foi feita nenhuma manutenção e ela chegou neste ponto. Mas é um asfalto que realmente está condenado totalmente e só outro novo para resolver. O CBUQ, é pouquíssimo asfalto que nós temos em CBUQ.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) - Está terminando aqui.

O Sr. Adelino Follador – Lá naquela reunião...

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Eu queria pedir, por favor, ao Deputado Adelino, que já usou o aparte, por favor, não vai ter tempo para ele completar.

O Sr. Adelino Follador – Não, eu só queria falar que o Governador falou que o dinheiro estava guardado e não apareceu mais o dinheiro.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente deixa só eu apresentar o outro vídeo, senão não vai ter tempo, a menos que o Presidente...

O Sr. Jair Montes – Eu quero parabenizar Vossa Excelência, lembrando que o Deputado Ezequiel já foi Diretor do DER, nós temos agora o inverno, esse maquinário já era para estar sendo consertado agora no inverno, para no verão trabalhar, correto? E eu tive aqui, o Diretor do DER esteve aqui no gabinete do Presidente, eu estive acompanhando, é até gente boa, mas para bater papo, por enquanto. A minha preocupação é a seguinte, veio lá de Fortaleza, está conhecendo, calma lá, Presidente, não me interrompa. Está conhecendo aqui o Estado de Rondônia, está visitando, então, líder do governo, precisamos agir com rapidez, senão, daqui a pouco o maquinário já está velho, não tem manutenção, e as estradas estão, por aí, Deputado Dr. Neidson, Vossa Excelência sabe muito bem disso, nós vamos a Guajará-Mirim e outros municípios, já intransitável.

O SR. DR. NEIDSON – Quem dá manutenção lá na região de Nova Mamoré é Buritituba também. Mas vamos passar para outro vídeo. Nós temos aí o mês de Março Roxo, que é mês que nós realizamos o projeto de lei por esta Casa Legislativa, e aprovado o mês de conscientização sobre epilepsia e combate ao preconceito. Porque muitas pessoas ainda têm algumas crenças ainda antigas, que diziam que a epilepsia se transmite pela saliva, que é uma pessoa possuída pelo demônio, quando está tendo crises convulsivas. Então eu fiz um vídeo para mostrar a vocês o que vocês nós devemos fazer. Eu não sei se vocês já sabem o que vocês vão fazer quando tem uma crise convulsiva. A epilepsia é quando os neurônios estão funcionando rapidamente. É um curto circuito cerebral, podemos dizer, mais popularmente, que faz com que ocorram contrações musculares em todo corpo, que é a mais frequente. Aqui nós fizemos um vídeo aqui no nosso gabinete, com o assessor também, para mostrar o que nós devemos fazer. Primeiro, você tem que manter a calma. Segundo, se o paciente estiver sentado, você tenta colocar ele num local afastado de objeto para que ele possa não se machucar, se possível, coloque o paciente de lado, a pessoa que está tendo crise convulsiva. Se conseguir colocar a mão embaixo da cabeça para ele não se machucar e aguarde. Não coloque nada na boca do paciente. Porque às vezes as pessoas querem colocar o dedo, dizendo que a pessoa vai se engasgar com a língua, se não vai... E outro detalhe, as crises, geralmente, demoram menos de cinco minutos. Se demorar mais de cinco minutos, vocês têm que chamar o SAMU ou então o atendimento médico especializado porque pode produzir graves danos ao paciente. Mas geralmente demora menos de cinco minutos. Não tente pegar e interromper as

crises. A crise vai cessar por si só, só se for um tipo de epilepsia que tem crises prolongadas, de difícil tratamento. Isso aí é para mostrar que a saliva não transmite a doença e algumas formas que nós temos de ajudar a população também a ter conhecimento. Então, primeiro, mantenha calma para você não estar mais assustado do que outras pessoas. Segundo, se tiver alguém perto, busque ajuda também, mas deite o paciente no chão, principalmente de lado. Por que de lado? Porque o paciente, como ele está tendo crise convulsiva, ele pode vomitar, a saliva pode chegar broncoaspirar, que é a saliva ou algum vômito dele ir para a via aérea, causar uma obstrução respiratória e isso pode causar danos ao paciente, até a morte, pela broncoaspiração ou pneumonias futuras. Depois, nós não devemos colocar nada na boca do paciente. Muitas pessoas, após a crise convulsiva... Detalhe, quando a pessoa tem a crise convulsiva, ela não retorna rapidamente. Ela demora um pouco para retornar da crise. Então, nós devemos ter calma, mantenha a calma, às vezes, as pessoas querem dar água, querem dar algum medicamento depois da crise. Não dê, não dê nada, não coloque dedo na boca do paciente porque ele pode se engasgar também. Manter a calma, e depois, se ele não sabe o que está causando as crises convulsivas, procure, oriente para buscar um médico para que ele possa ter um diagnóstico exato, se é um tumor cerebral, se é algum problema de neurocisticercose, que é aquele vermizinho do corpo, que vem da carne mal cozida. Então, nós temos uma Frente Parlamentar, na qual estávamos em Brasília, na semana anterior, para tratar só desse tema, que é a epilepsia, que são as crises convulsivas. Então, seria uma das formas de contribuir. Vamos disponibilizar esse vídeo. O vídeo tem um áudio também, mas devido ao tempo que nos deram aí, os apartes, não tivemos tempo suficiente para mostrar ainda. Mantenha a calma, coloque o paciente no chão, afaste os objetos, coloque ele de lado para ele não se broncoaspirar, aguarde a crise cessar. Durou mais de cinco minutos, chame o SAMU, chame ajuda para levar o paciente a um hospital. Não se transmite pela saliva, não é a pessoa possuída, não são várias coisas, outras crenças. Então, é só para contribuir com a nossa população e que possa manter informada sobre o que nós devemos fazer. Não se assustar e sair correndo e deixar o paciente lá, que pode até morrer se tendo uma crise convulsiva. Seria isso, Presidente. Muito obrigado.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Parabéns, Deputado Dr. Neidson, nós tivemos aí uma aula sobre epilepsia, 'um minuto com o Dr. Neidson'. Um minuto não, foram 20 minutos com o Dr. Neidson e um monte de gente perturbando. Parabéns, Deputado Dr. Neidson.

Ainda no Grande Expediente, com a palavra por vinte minutos, com direito a aparte, o Deputado Laerte Gomes. Cadê o Deputado Laerte Gomes? Então, vamos ao próximo. Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Cirone Deiró, 20 minutos, com direito a aparte.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Meu Presidente, quero cumprimentar e parabenizá-lo pela condução desta Sessão; quero cumprimentar as pessoas aqui presentes; quero cumprimentar os concursados que estão aqui pleiteando a entrada nesta

Casa. Cumprimentar o nosso Presidente da Fecomércio Raniery; o Delmar da ACIC de Cacoal; Zoche, da ACIV, de Vilhena; Daniela Bianchini; o Paco da FACER, pela mobilização em manter o Veto sobre a não inclusão das pessoas com débito no SPC. Quero aqui também cumprimentar o Diego, Superintendente do Basa que esteve aqui conosco; cumprimentar os associados, que já tiveram que se retirar da ASPRUMIN - Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas, ali na região de Jacinópolis, Buritis, com a qual nós tivemos uma reunião hoje pela manhã, e nos deixou muito preocupados, Deputado Chiquinho, a situação que essas pessoas estão vivendo ali na região de Buritis, de Jaci. E a nossa preocupação é por que ali existiam pessoas que moram naquela região, Deputado Adelino, desde 1985, 1987, 1993. E, em 1995, foi criada a Resex, uma Reserva Extrativista naquela região. O que nos deixa preocupados é que desde 2018, Deputado Lazinho, o Idaron não cuida mais, naquela região, da vigilância sanitária animal. Nós estamos aí na iminência de extinguir, no Estado de Rondônia, a vacinação conta a febre aftosa, e naquela região, desde 2018, o Idaron não emite GTA para circulação dos animais daquela área. Ali, nós temos aproximadamente mais de 100 a 120 mil cabeças de gado. Você imagina, naquela região ali, se dá um foco da febre aftosa. Nós vamos perder todo o trabalho feito pelo Idaron no Estado de Rondônia, todo trabalho feito na nação brasileira, na erradicação da febre aftosa. Isso pode trazer, Deputado Edson, vários prejuízos para o Estado de Rondônia e para a nação brasileira, visto que nós vamos ser comprometidos com a exportação da carne. Então, fica aqui o nosso apelo ao Idaron. Ali se discute se é uma Reserva, se não é uma Reserva, mas a Agência do Idaron é uma agência, uma autarquia que tem que cuidar da sanidade, independentemente de ser uma Reserva ou não ser uma Reserva. Nós temos animais ali dentro que podem contaminar o gado que está aqui fora. Então, nós não podemos incorrer nesse risco de ter o Estado de Rondônia com foco de febre aftosa.

Então, quero pedir ao Governo do Estado, através do Secretário Padovani, do Presidente do Idaron, da Emater também, que nós temos que rever isso. Nós temos uma recomendação do Ministério Público, para que não se emita GTA para circulação do gado ali naquela área. Nós temos ali mais de mil famílias morando ali naquela região. São 196 mil hectares de terras. Foi criada escola lá dentro, o Governo do Estado fez estrada lá dentro, e nós estamos proibidos de fazer o GTA. Então, o Idaron, o Ministério Público fez essa recomendação, o Idaron precisa fazer uma defesa junto ao Ministério Público, que o papel dela é de vigilância à sanidade animal. Por favor, Deputado Edson.

O Sr. Edson Martins - Concede um aparte, Deputado Cirone?

O SR. CIRONE DEIRÓ – Por favor, Deputado Edson.

O Sr. Edson Martins - Deputado Cirone, eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo discurso tão importante. Na verdade, o Idaron tem determinação da Justiça, com certeza para suspender esses GTAs. Mas eu gostaria de trazer também aqui à discussão, Deputado Lazinho, a esta Casa, Deputado Lazinho, aqui o deputado que é lá da nossa região, é de Jaru, eu sou de Urupá, nós temos uma situação lá, eu gostaria de

falar isso, até, na oportunidade, cumprimentar aqui os vereadores, meu vizinho ali de Mirante da Serra, Zé Barbosa e o Vereador Kiti que está ali na tribuna, aliás, no plenário desta Casa. Nós temos uma situação, Deputado Cirone, de alguns municípios lá em Mirante da Serra, onde eu cito aos vereadores, nós temos lá o Assentamento Padre Ezequiel, Margarida Alves e Palmares, onde foi feita uma Reserva em bloco, Deputado Lazinho, e onde essa Reserva ficou, era totalmente pastagem, foi feito o assentamento das famílias, 50% da área ficou uma Reserva em bloco, toda em pastagem. E, ali, as pessoas não podem usar o pasto. O mesmo acontece aqui em Rio Pardo, na Flona Bom Futuro, onde foram retiradas, lá, 150 famílias que moravam ali, com a pastagem formada, ali na Flona, e foi assentada uma parte ali, e a outra parte ficou para a Flona, dizendo que as pessoas não podem ficar ali por causa do impacto em criar o gado, explorar para a pecuária. O impacto maior do que o fogo? Todo ano lá no Padre Ezequiel, na Margarida Alves, que acabou com o resto, destruiu todas as florestas que tinham lá, as matas, as APPs foram todas destruídas porque onde ficou aquela Reserva, às pessoas não podem ocupar. E eu gostaria de chamar a atenção aqui, Deputado Lazinho, eu acho que o Ministério Público, o Executivo, a Bancada Federal tinha que buscar uma alternativa para essas pessoas que já cometeram esse crime de desmatar lá onde era uma Reserva porque foram convocados para vir à Rondônia, que eles tivessem pelo menos condições, agora, de fazer um TAC junto ao Ministério Público, para que eles pudessem usar esse pasto, que eles pudessem ter autorização do Idaron para transitar, para ter a guia do animal, que com certeza a exploração da pecuária ia gerar riqueza para o Estado, ia gerar emprego e ia ser um impacto muito menor do que o fogo que destrói, lá em Minas Novas, as florestas; que destrói lá na Reserva, lá no Rio Pardo, na Flona também as pastagens, com o fogo. E o caso lá de Mirante da Serra que eu citei, Padre Ezequiel, Margarida Alves e Palmares, que já destruiu todo o restante das florestas que tinha por causa dessa Reserva em bloco que ficou ali onde era pastagem.

Então, quero parabenizar, Deputado Cirone. Infelizmente, o Idaron toma essas medidas realmente, com determinação judicial, para suspender os GTAs. As pessoas ficam penalizadas e realmente, eu muitas vezes falei na tribuna desta Casa, eu acho que nós precisamos provocar o Executivo e o Judiciário, a SEDAM, o Ministério Público, para que realmente essas pessoas tenham o GTA liberado e tenham realmente condições de usar, explorar a pecuária lá nessas áreas. Parabéns, Deputado Cirone, pelo seu discurso que é muito pertinente.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Obrigado, Deputado Edson. Fico lisonjeado com as suas palavras, mas nós temos, como representante do povo neste Legislativo, nós temos que trazer isso para discussão. Nós precisamos que o Governo do Estado entre nessa discussão junto com o Ministério Público, o Idaron faça o papel dele de controle da sanidade animal e se discute a questão. Hoje, naquela área de 190 mil hectares, Deputado Chiquinho, não existem mais florestas extrativistas, não tem mais extrativismo lá. Lá só tem pastagem, lá tem mais de 100 mil cabeças de gado. Nós precisamos rever, esta Casa precisa apoiar aquela Associação, precisa apoiar os nossos produtores

e o Ministério Público, junto com o Governo, junto com a SEDAM, que vá lá *in loco* fiscalizar, que vá lá *in loco* olhar. Como é que nós vamos ter uma área extrativista onde não tem o que tirar?
Está concedido aparte ao Deputado Chiquinho.

O Sr. Chiquinho da Emater – Deputado Cirone, eu quero lhe parabenizar pelo tema. É um tema muito importante para a gente discutir aqui nesta Casa. Eu conheço bem aquela Resex, já estive lá por diversas vezes, e o Governo anterior que fez isso, ali já foram colocadas pessoas antes e chegou o Governo, no antigo Planaflo, não só ali, várias áreas dadas em troca para o Banco Mundial, de várias Reservas, onde já tinha o Inca, que tinha assentado várias pessoas aqui do outro lado do rio. A questão aqui do PAF do Candeias, a questão de Minas Novas, a questão de Rio Pardo, isso tudo, Deputado Cirone, só vai resolver quando a SEDAM nos encaminhar aqui a esta Casa de Leis a questão da aproximação, do segundo e também o terceiro que está atrasado. Então, nós precisamos que a SEDAM encaminhe isso para esta Casa para a gente votar. Precisamos transformar essas áreas naquilo que já é hoje, mostrar que aquilo já é produtivo. Não adianta mais querer que o povo viva ali de extrativismo porque não tem mais nada.

Então, eu quero lhe parabenizar por isso. OIdaron segue ordem da Promotoria Pública e a gente, como Vossa Excelência falou, o Governo tem que tomar conta dessa situação porque as coisas estão ficando muito difíceis para aquelas comunidades rurais.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Obrigado, Deputado Chiquinho, pelo aparte. E volto a pedir a esta Casa, ao nosso Presidente Laerte, que nós, juntos com o Executivo, Judiciário, com o MP levemos isso a discussão. Ali já se tornou, Deputado Chiquinho, uma área consolidada na pecuária. O Governo do Estado já fez serviço lá com o DER, lá existe energia elétrica, lá já transportou alunos, linhas de ônibus escolares e com o tempo foram minando tudo isso; escola com mais de 200 alunos, tem mais de 200 alunos que estão fora da sala de aula, onde o Governo, a própria Constituição diz que todo mundo tem o direito na sua plenitude de frequentar uma sala de aula. Nós temos alunos, lá, do ensino fundamental ao 2º grau que não estão frequentando por não ter mais o transporte escolar. Então, assim, nos deixa muito preocupado. Nós da Comissão de Agricultura, estamos empenhados em trazer esta demanda e estamos pedindo ao Governador, ao Secretário da Sedam, ao Secretário da Agricultura que traga isso numa pauta para a gente discutir, traga para discussão. Vamos levar aos órgãos judiciais para que a gente ache uma solução para aquele povo que vem a longos anos, há mais de 24 anos se arrastando nessa demanda, sem ter uma certeza se no amanhã ele terá condições de estar lá dentro da sua propriedade. E, além disso, nós vamos deixar de gerar renda e riqueza numa grande região que é ali no Jaci-Paraná, naquela Resex.

Eu quero, eu quero só fazer um agradecimento ao Governador Marcos Rocha, que concedeu ali ao município de Cacoal, a realização do 13º JIR, que são os Jogos do Interior de Rondônia, na cidade da Cacoal; Cacoal que pode ser considerada a capital do esporte, do JIR é a 13ª edição. Nós já fomos 8 vezes campeões. Então, realmente, Cacoal faz a diferença no esporte, e eu quero parabenizar aí o Governador

Marcos Rocha, por ter acatado o nosso pedido, as nossas estruturas, que nós temos ali naquela cidade, para a prática do esporte. Quero agradecer aqui o nosso amigo Eyder Brasil, deputado estadual, que esteve lá na nossa cidade fazendo uma visita, vai deixar umas emendas lá para ajudar a estruturar os nossos ginásios, para que a gente possa fazer jogos diferenciados, visto que esses jogos levam mais de mil atletas para nossa região. O Governador, o governo investe lá quase R\$ 2 milhões para a realização desses jogos, mas fomenta a economia hoteleira, restaurante, então é de grande valia que realmente faça isso lá.

Eu quero aqui também falar um pouquinho sobre as escolas. Eu ouvi aqui atentamente o discurso do nosso Deputado Jair Montes, e nos preocupa muito a questão dos vigilantes nas escolas, vigilantes armados. Foi adotado, Deputado Lazinho, Vossa Excelência que é o Presidente da Comissão de Educação, foi adotado um sistema de monitoramento das escolas. Só que os meliantes estão levando o monitoramento embora, junto, tudo embora. Escolas lá em Cacoal, que já têm 28, o ano passado, 28 assaltos na escola. Então, nós precisamos voltar os vigilantes armados para as escolas, para que possa dar segurança. E, além de dar segurança nas escolas, no final de semana, a comunidade tem alguém lá para abrir as escolas para eles usarem a quadra, usar a sala de reunião, usar os espaços que são públicos para aquela comunidade. As comunidades precisam praticar zumba, ter o espaço. Se for só o monitoramento, a pessoa não vai abrir, não vai ter essa oportunidade. Então, depois do acontecido em Suzano, São Paulo, nos deixou preocupado demais essa questão de não ter um vigilante armado para fazer esse controle nos portões das escolas do nosso Estado.

O Sr. Jair Montes – Um aparte, Deputado?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Concedido o aparte, Deputado Jair.

O Sr. Jair Montes – Parabéns, Deputado Cirone, parabéns por essa preocupação também, da qual eu tenho muita preocupação. E o senhor tocou num assunto muito importante. Nós temos hoje as quadras estaduais que ficam nos bairros, que atende a comunidade, mas não está atendendo, ela está ociosa porque está atendendo a comunidade só no tempo do ensino, no tempo da aula e no final de semana fica fechado. A comunidade não tem acesso a essa quadra porque não tem quem abra, não tem quem cuide junto à comunidade. Então, está na hora de nós repensarmos essas quadras. Rondônia hoje, Deputado Cirone, é um dos Estados que tem, praticamente, 80% das escolas têm quadra coberta. Então, você não tem hoje o incentivo ao voleibol, ao handebol, ao basquetebol, ao futebol de salão porque nós temos a quadra coberta que você poderia usar o final de semana em qualquer horário, mas, infelizmente, por ficar fechada, você não incentiva o esporte e não cria novos atletas. Isso é uma vergonha, é uma vergonha! Então, parabéns pelo seu discurso de nós colocarmos, retornar os vigilantes para as escolas para dar essa proteção tanto ao patrimônio, quanto aos alunos.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Eu vou mais longe ainda, Deputado Jair Montes. Têm várias escolas que não está tendo aula à

noite e aí, a escola chega 05:00 horas da tarde fecha e aí não tem oportunidade dos nossos jovens fazerem a prática do esporte. Então, fica aí o nosso pedido ao Secretário de Educação, que faça um estudo em relação a isso. Eu acho que é de suma importância que nós tenhamos os vigilantes armados nas portas das escolas para dar essa oportunidade, além de cuidar, dar essa oportunidade para comunidade utilizar as instalações ali existentes.

Eu quero aqui cumprimentar o meu amigo Nilton Caetano, Prefeito de Espigão d'Oeste, ex-deputado desta Casa. Tem uma missão árdua naquele município, município com uma extensão rural muito grande, Deputado Lazinho, que precisa de muita manutenção nas estradas, estradas tanto municipais e nós temos ali as ROs que vai para o Pacarana, temos a estrada que vem para Cacoal, por dentro ali que é a Rodovia do Café, que interliga lá. Nós temos aí a Estrada do Calcário. Para a Estrada do Calcário, existe uma verba destinada a fazer 10 quilômetros de asfalto interligando Município de Espigão ao Calcário, lá são 50 quilômetros, essa seria a primeira parte das cinco etapas que serão aplicadas ali em Espigão d'Oeste. Essa verba, foi deixada aí no plano do Governo, pelo CID, era o imposto que nós tínhamos aí na documentação dos carros que pagavam, que nós pagávamos, e existe essa verba. E nós queremos pedir ao Governo do Estado, através do Diretor do DER, que faça aquele asfalto. Vai voltar funcionar nossa usina lá de calcário, e nós vamos ali já beneficiar as pessoas que vão transitar para buscar o calcário, além de beneficiar todo o setor chacareiro que está ali próximo de Espigão d'Oeste, será contemplada nesses 10 quilômetros.

Então, Prefeito Nilton, quero parabenizar o senhor, agradecer pela presença e pode contar com esta Casa, de estar trazendo essa demanda junto ao Estado, para que faça aqueles 10 quilômetros de asfalto ali interligando Espigão, a Estrada do Calcário. Quero aqui finalizar, cumprimentando aqui o Jornalista Paulinho, Paulinho que muitos anos militou como jornalista, agora é advogado, agradecer pela visita nesta Casa de Leis.

E encerrando, solidarizando com a família da Professora Joselita, que sofreu aí um feminicídio, foi assassinada aí nesse final de semana. Venho aqui reforçar o pedido dos nossos Deputados, que nós teremos que ter uma atenção especial com as Delegacias das Mulheres. Aqui na nossa capital, nossa delegacia não funciona 24 horas. Precisamos funcionar essa delegacia 24 horas, fortalecer com servidores as delegacias já existentes no interior do Estado, e aonde não tem, criar novas delegacias para a gente oportunizar as pessoas de ter um atendimento humanizado nessas delegacias. Fica aí o nosso pedido, nosso agradecimento. Cumprimentar aqui o Ex-Deputado Ezequiel Junior, que está aqui presente, e que Deus nos abençoe e conceda uma semana abençoada. Muito obrigado.

(Às 17 horas e 16 minutos o senhor Aécio da TV passa a presidência ao senhor Ismael Crispin)

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone. Para falar, por um prazo de vinte minutos, com direito a aparte, passo a palavra ao Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhores deputados, senhoras deputadas, ao Prefeito do Município de Espigão d'Oeste o ex-Deputado Nilton Caetano, ex-Deputado Ezequiel Junior, que se faz presente no plenário, aos amigos das galerias, aos internautas que estão em casa, aos nossos colaboradores e servidores da Assembleia. O que venho tratar aqui nesta Sessão é sobre o cruel e covarde assassinato da Professora Joselita Félix da Silva, de 47 anos, no último domingo, no Município de Candeias do Jamari. Comoveu a todos, a toda população rondoniense, que se encontra chocada com a violência doméstica. A violência doméstica e familiar, no Estado de Rondônia, carece da tomada de decisões, mas de decisões firmes e urgentes. Recentemente aqui nesta Casa, ao comemorar o Dia Internacional da Mulher, discursava enaltecendo a importância do papel social e profissional da mulher, e alertava que aquele dia era também momento de reflexão, de profunda reflexão. Fiz a defesa, naquela oportunidade, para que mediante a gravidade do caso e a periculosidade do acusado, fosse de imediato disponibilizado a tornozeleira eletrônica, como forma de controle preventivo. A ideia é sempre a preservação da vida. Logo em seguida, em conjunto com as minhas colegas Deputadas Rosângela Donadon e a Deputada Cassia Muleta, apresentamos Projeto de Lei vedando a nomeação, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, bem como em todos os Poderes do Estado de Rondônia, para todos os cargos, Deputado Lazinho, em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas na Lei Maria da Penha. Todos somos sabedores quanto à situação da mulher na sociedade atual, especialmente naquelas comunidades periféricas, é preocupante. Apesar de significativos avanços, muitas mudanças ainda precisam ser realizadas. Infelizmente ainda nos deparamos com a contabilidade cruel de dados de mulheres agredidas, violentadas e mortas. Apesar da atualização das normas vigentes, parece não surtir o efeito esperado. Lamentavelmente este é o retrato de injusta, triste e perversa realidade brasileira, em relação ao cotidiano das mulheres.

O Ministério Público Estadual, por intermédio da Promotoria do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, informa que lamentavelmente a estatística é desanimadora. Somente em Porto Velho, olha esses números, senhores deputados, no ano de 2018, foram registrados 2.331 casos. No Estado de Rondônia, ainda em 2018, foram instaurados 10.743 inquéritos policiais. São números alarmantes para a população que temos no Estado de Rondônia. Com base em dados oficiais do Poder Judiciário, verifica-se somente em 2018, em relação aos dois anos anteriores, a violência contra as mulheres aumentou de forma avassaladora. Foram concedidas, em todo o Estado, 1.509 medidas protetivas e 106 denúncias foram recebidas pelo Judiciário. Esses dados, senhoras e senhores deputados, sinalizam, lamentavelmente, a carência de políticas públicas direcionadas ao acolhimento das mulheres, principalmente no quesito segurança.

É preciso, portanto, desenvolvermos políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Trata-se de um flagelo generalizado, que põe em perigo a vida das mulheres e viola os seus direitos.

O assassinato da Professora Joselita, de forma concreta, sinaliza que não se pode mais conviver com a maquiagem da

ação de segurança. Não ficaremos aqui inertes enquanto a cada dia mulheres são violentadas, agredidas e assassinadas. A morte da professora foi uma tragédia anunciada, ela implorou por sua vida, falou, pediu socorro, mas seu algoz contou com a benevolência jurídica e após espancá-la, ameaçá-la e de até agredir o pai da vítima foi colocado em liberdade e, assim sendo, retornou para completar o que havia iniciado no dia anterior.

Estamos tristes, estamos revoltados, estamos alarmados com a quantidade de vítimas de violência doméstica. As autoridades e em especial as autoridades de segurança pública não podem alegar desconhecimento. Todos sabem que principalmente a mulher das periferias, enfim, todas as mulheres ficam expostas, sem defesa, passam por constrangimentos e ficam em situação de vulnerabilidade diante das restrições de horário da Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher e ao Idoso, apesar da dedicação das policiais ali lotadas, agentes e delegadas. E porque a simplória atuação, senhoras e senhores? A violência doméstica, o feminicídio não tem horário previamente marcado, não existe combinação com o funcionamento regular dessa delegacia especializada. É, eminentes parlamentares, talvez, se já tivesse ocorrido à devida e necessária sensibilização das autoridades competentes, hoje talvez a Professora Joselita poderia estar desfrutando do convívio familiar e profissional. Mas a Delegacia da Mulher, como é conhecida, Deputado Lazinho, não funciona nos finais de semana. Repito, a Delegacia da Mulher em Porto Velho não funciona nos finais de semana, nos feriados e no período noturno. Infelizmente, é comum nos depararmos com a situação de vulnerabilidade da mulher agredida, mesmo após a denúncia. No caso da Joselita, ela foi morta após o ex-marido ser preso e ser solto mediante fiança. Não houve o cuidado de se atentar para a periculosidade do agressor que havia feito duas vítimas de espancamento e das ameaças que havia proferido. A professora foi executada sumariamente, não teve defesa, o organismo de segurança encontrava-se fechado e a autoridade policial limitou-se a burocracia jurídica, sem atentar para a gravidade e complexidade do caso. Fica a pergunta: até quando teremos que esperar por soluções?

Mas aqui na Assembleia Legislativa começam a aparecer algumas reações. De nossa autoria, estamos apresentando nesta data uma proposição reivindicando ao Governo do Estado de Rondônia para que determine à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania a implantação do sistema de plantão diário, inclusive no período noturno e feriados, com relação à atuação da Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher e ao Idoso na cidade de Porto Velho.

O Sr. Jair Montes – Um aparte, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES – Eu concedo aparte, nobre deputado.

O Sr. Jair Montes – Presidente Laerte, parabéns pela sua preocupação. Lembro-me que teve um evento aqui relacionado ao dia 8 de março, Dia da Mulher, o senhor apresentou esta proposta, e a gente teve agora, um final de semana sangrento aqui na capital, no Cristal da Calama, um condomínio do qual eu venho lutando há muito tempo para a entrega daquelas casas, de 2.941 casas, faltam entregar 975 casas, fizemos até uma Audiência Pública hoje, nas Comissões, para tratar desse

assunto. E lá, no final de semana, dois jovens numa moto, adentraram no conjunto e assassinaram uma mulher. E falando em Delegacia das Mulheres, a gente já viu aqui o prédio de Porto Velho como está deteriorado. As delegacias fecham nos finais de semana, e nesse caso aconteceu um caso muito grave, e todo mundo acompanhou na mídia, no qual o ex-marido matou a ex-esposa a pauladas, lá no Candeias, uma professora da FIMCA. Ele tinha já feito, ido pela manhã, no dia anterior, e ali deu uma discussão, ela foi à delegacia, fez ocorrência, ele foi preso, mas pagou fiança de quatro mil reais, e saiu. No outro dia ele foi à procura dela, no Candeias e encontrou, e ali a matou a pauladas na cabeça. E batendo também, o seu pai foi defender e levou paulada também. Ele está em estado grave no João Paulo II. Se tivesse delegacia e se pudesse segurar o cidadão mais tempo preso, ele não teria matado a ex-esposa. Então, está ficando um caso muito sério, a todo dia, em todo momento você vai abrindo e vai vendo o que vem acontecendo. Os homens revoltados, infelizmente, cometendo graves, graves contra as mulheres do nosso Estado. Então, parabéns pela sua preocupação, nobre Presidente.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Jair Montes. Pode ter certeza que é falta de Deus na vida dessas pessoas, não há outra explicação.

Também, senhores deputados, de forma supletiva eu e alguns colegas deputados estamos apresentando outra proposição, reivindicando a instalação de Delegacias Especializadas da Mulher e do Idoso nos seguintes municípios: Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Rolim de Moura, juntamente com os colegas deputados, cada um da sua região.

Também estamos reivindicando a criação de Comissariado Especial no Atendimento a Mulher e ao Idoso, para atender as seguintes localidades e municípios: Nova Mamoré, Jarú, Ouro Preto, Presidente Médici, Pimenta Bueno, Alta Floresta, Alvorada d'Oeste, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Costa Marques, Espigão e Machadinho, sendo que cada deputado em sua região está fazendo sua indicação.

O Feminicídio é a mais grave forma de violência contra a mulher. É preciso, senhoras deputadas e deputados, dar visibilidade a essas ocorrências, fruto da cultura machista que naturaliza as opressões e a violência do gênero.

Todos nós, hoje, choramos e lamentamos. Hoje, a ilustre Jornalista Luciana Oliveira fez publicar uma crônica que tem como título: "Avisai que ele ia me matar". A crônica parece mesmo uma liturgia. Uma crônica das lamentações e sofrimentos. É como diz a Jornalista, utilizando a primeira pessoa, personificando a palavra da professora morta, quando diz: 'avisai que ele ia me matar'.

Confesso que todos do Estado se emocionaram ainda mais com este caso. A narrativa, entendendo-se como palavras da professora morta, assim é descrito: "Levem a sério os nossos pedidos de socorro. Parem de permitir que nos mate. Nenhuma mulher merece o epitáfio: 'podia estar viva'".

Ela avisou, implorou, pediu por sua vida, mas de nada adiantou. Para o Estado, mais um dado estatístico como tantas outras mulheres mortas por seus companheiros.

Ao encerrar quero pedir aqui encarecidamente a atenção de todos os Parlamentares no sentido de apoiar todos os

esforços, visando o enfrentamento da violência doméstica e familiar. Não podemos admitir e permitir ou ficarmos omissos aqui nesta Casa de Leis, visando à continuidade a situação de inércia e de indiferença. Deputado...

O Sr. Dr. Neidson – Permita-me, um aparte Deputado?

(Às 17 horas e 33 minutos o senhor Ismael Crispin passa a presidência ao senhor Adelino Follador)

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Com a palavra, Deputado Dr. Neidson.

O SR. LAERTE GOMES – Libera aí que...

O Sr. Dr. Neidson – Liberou. Só também para contribuir. Nós também, através da Mesa Diretora, Vossa Excelência também permitiu, nós estaremos aqui já criando a Procuradoria da Mulher e o CHAME, que é o Centro Humanizado de Atendimento à Mulher Vítima de Violência no Estado de Rondônia, que não cria, não aumenta os gastos da Assembleia Legislativa e se utiliza da estrutura da Assembleia Legislativa para dar um atendimento especializado às mulheres vítimas de violência. Porque muitas delas se encontram inibidas para realizarem uma ocorrência em uma Delegacia. E esse projeto já foi implantado no Amazonas e Roraima. Roraima foi o que o exemplo do nosso País e estamos aí, o que dá certo nós copiarmos e estaremos implantando para atender as mulheres, fazer as audiências dentro de um local aqui na Assembleia Legislativa, audiência de conciliação, acompanhamento psicológico e acompanhamento de todo o processo através desta Casa de Leis. É uma forma de contribuir e Vossa Excelência foi uma das pessoas que primeiramente... Já tentamos implantar desde a Legislatura anterior, mas Vossa Excelência, na primeira oportunidade que nós tivemos de apresentar o Projeto, já pediu para que seja implantado.

Só vamos mudar o projeto novamente, a Mesa já assinou, mas vamos ter que cancelar, porque foi feito no Regimento Interno e tem que ser feito na estrutura da Assembleia.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Dr. Neidson. Parabéns! Vossa Excelência me procurou com esta iniciativa, amanhã de manhã estamos convocando uma reunião com a Mesa Diretora para tratar de vários assuntos da Casa, e dentre eles, colocar em Pauta esse pleito que Vossa Excelência faz e que já é sucesso e é necessário em muitos Estados. Deputado Adelino.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Parabênizar o Deputado Laerte por trazer esse tema tão importante. Que a gente também não pode simplesmente falar, tem que agir, cobrar do Governo Estado e com certeza uma estrutura maior, onde têm as Delegacias da Mulher, muitas vezes, foi criada, mas não tem estrutura. Nós precisamos que dê estrutura para que elas consigam, nessas Delegacias, fazer um trabalho melhor.

Então parabenizar pela sua iniciativa, chamou muita atenção à questão da professora, mas têm muitos casos, como o Deputado Jair citou hoje aqui, desse abuso contra mulher.

Mas precisamos reagir, nós o precisamos fazer alguma coisa. Parabenizar o Deputado Laerte, Presidente desta Casa, levantar este tema. O Deputado Dr. Neidson também, através da Comissão também fazendo seu trabalho, estão aí juntos para fazer aquilo que estiver ao nosso alcance para evitar que aconteçam essas barbaridades do Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES - Deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Parabéns, nobre Deputado Laerte, Presidente desta Casa. O seu pronunciamento, assim como dos outros Deputados, vem alertar o que nós estamos passando no nosso Estado e isso não é só no Estado de Rondônia, é no Brasil todos. No nosso primeiro mandato nós entramos com algumas indicações e projetos de lei que viabilizavam a melhoria no atendimento e na proteção à mulher. Nós entramos aqui, estamos novamente protocolando, entre hoje e amanhã de manhã, o Projeto do Botão do Pânico é um projeto que já existe em outro Estado, Roraima, e nós estamos entrando novamente, foi vetado da outra vez. É um instrumento criado pelo Estado que serve para que a mulher, ao sofrer qualquer tipo de ameaça, qualquer tipo de ameaça, ela possa acionar os órgãos de segurança imediatamente. Então, hoje à noite ainda, ou amanhã até o horário da Sessão, nós vamos entrar com esse projeto.

Outro projeto, nobre deputado, uma indicação, aliás, que foi aprovada nesta Casa e que o governo, em algum momento, já fez, mas que precisa ser ampliado, Deputado Eyder, que é o treinamento dos funcionários das Delegacias do Estado todo, seja ela da mulher ou não, um treinamento de atendimento à mulher nesses casos. Porque muitas vezes, Deputada Cassia, a mulher já não denuncia, Vossa Excelência disse aí de 10 mil casos, isso é o que chega à Delegacia. Tem muito mais do que isso que não chegam às Delegacias. E têm casos, às vezes, que vai à Delegacia e lá, ela é tão maltratada e tão desrespeitada que ela vira as costas e vai embora. Então, é preciso que o Estado dê treinamento às pessoas, aos profissionais que atendem nas Delegacias, independente de qual seja a Delegacia. Porque se ele tiver um espaço especial para atender essa mulher, seja ela numa Delegacia normal, que não seja da mulher, mas que tenha lá o espaço para esse tipo de atendimento, e a pessoa é capacitada para isso, ela vai ser atendida e as providências serão tomadas.

Então, essa sugestão que a gente volta a fazer. Amanhã farei novamente a indicação para a capacitação desses profissionais e entrarei com o projeto novamente, do botão do pânico, que foi uma atitude que nós tomamos no governo passado, e que foi vetada. E se houver o caso, a gente negocia com o governo para que não vete, porque o custo não é tão alto. Aliás, o custo com um instrumento desses é muito menor do que convencionalmente é tratado. Era isso, senhor Presidente. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Lazinho. E, para concluir, eu gostaria também aqui de me solidarizar com todas as famílias, Deputado Lazinho e senhores deputados, daquela tragédia que ocorreu em Suzano, Estado de São Paulo, os pais, a todos os familiares. A gente não sabe mais como este mundo está, o que está na cabeça das pessoas, Deputado

Chiquinho. Fazer uma barbaridade, uma tragédia daquela, que acabou com a vida, ali, de dezenas de famílias, não é? Não foi só os que foram, mas os que ficaram. E, com certeza, vão sofrer pelo resto dos dias que ficarem aqui na terra. Nós apresentamos um projeto, Deputado Eyder, uma indicação ao Governador do Estado, para que coloque um PM da Reserva, contrate, faça um teste seletivo, que já é capacitado, já é treinado, em cada escola estadual. Vai ter um custo menor e ele vai estar em cada escola estadual, um PM ali, treinado, que vai estar armado, pelo menos para fazer, ali, a segurança e impor o respeito, com certeza, e dar a segurança necessária para os alunos e para os professores. O Deputado Jair também apresentou um projeto que eu acho interessante, que é nos finais de semana e feriados, contratar vigilantes, que aí essas duas questões equalizavam e teriam um custo menor para o governo, para proteger também o patrimônio do Estado nas escolas. É um projeto que nós apresentamos, uma indicação, aliás, a gente espera que o governo reflita neste momento, e possa colocar em prática. Deputado Chiquinho.

O Sr. Chiquinho da Emater – Deputado Laerte, eu quero só lhe parabenizar pelo tema. Eu queria trazer aqui a situação de Candeias, da mulher que foi morta esse final de semana. Ela deu parte na Delegacia da Mulher, o Delegado aplicou a fiança, foi em torno de R\$ 4 mil, e foi liberado, e, dois dias depois, essa mesma pessoa matou a professora. Então, nós temos que achar um caminho para quando a mulher for lá à Delegacia colocar uma situação dessas, se a lei permite que a fiança seja, ele liberado, mas que tenha uma proteção àquela mulher. Porque do jeito que está não adianta a mulher ir lá e dar parte, que é pior para ela. Então, do jeito que está, a gente tem que achar uma solução. Não sei se a Câmara Federal e o Senado Federal... A gente tem que corrigir essa Constituição Federal porque do jeito que está não tem jeito mais da mulher nem ir à Delegacia dar parte porque ela é quem vai ser prejudicada depois.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Chiquinho. Deputada Rosângela.

A Sra. Rosângela Donadon – Presidente, parabenizar o senhor por esta indicação. Inclusive, Presidente, eu estava com uma indicação pronta, também para o Governador, que ficasse um militar em cada escola estadual. Mas eu vi que o senhor já fez essa indicação ontem mesmo, e eu nem apresentei a minha, nem li aqui. Eu quero só parabenizar o senhor pela atitude rápida e muito feliz, o senhor, nessa atitude, porque é o que a população está esperando. Se Deus quiser vai dar certo, o governo vai atender essa indicação, para dar segurança para as nossas crianças nas escolas e para toda população. Obrigada, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputada. Para encerrar, a gente espera que o Governo do Estado reflita sobre isso, sobre essa questão, tanto das Delegacias das Mulheres, que a gente sabe que é questão orçamentária, mas se faz necessário um esforço, através do Poder Executivo, para implantar pelo menos nas regiões, nas cidades polos, a Delegacia da Mulher, e também essa questão dos RRs, dos policiais da Reserva, para

que seja feito o teste seletivo e colocar um em cada escola para dar segurança, tanto aos nossos alunos como aos nossos servidores da Educação e principalmente, também, as famílias que ficam em casa e que, hoje, a gente não sabe da onde, Pastor Alex, podem vir essas tragédias. Então, obrigado, senhores deputados. Agradeço e desculpe pelo tempo tomado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Com a palavra o próximo orador, o Deputado Anderson, por 20 minutos, com apartes.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, uma boatarde a todos os deputados; aos presentes aqui na galeria. Senhor Presidente, a minha fala é só prestar um esclarecimento, também, à categoria dos agentes penitenciários e dos agentes de segurança socioeducativo. Ontem eu tive um encontro com o Governador, foi o primeiro encontro oficial com o Governador como Governador, e meu como deputado estadual eleito pelo povo de Rondônia. Foi uma conversa muito boa, muito proveitosa. O Governador me informou, e eu concordei que, inclusive, foi o que gerou uma polêmica com a categoria. O Governador me informou que está preparando uma reforma profunda no Executivo. É uma reforma na estrutura da máquina para que ela possa funcionar melhor, fluir melhor. E nesse ponto até concordei. O Governador também me informou que em relação a alguns contratos que onera o Estado, contratos esses que, segundo ele, não têm finalidade, então, ele vai extinguir esses contratos. Então, o ponto que eu concordei foi justamente isso. Em relação à demanda da categoria, de fato, ele informou que não tem condições de cumprir. O impacto que ele informou, não mostrou, mas informou, é de R\$ 47 milhões, que eu discordei. Inclusive, nós estamos tentando fazer um levantamento desse impacto, para que a gente possa mostrar o impacto real. E dei o seguinte encaminhamento na reunião, e o Governador, inclusive, concordou, junto com o Chefe da Casa Civil, o Pimentel, o Presidente da Federação Fernando Anunciação, que se encontrava na reunião, para que a gente discutisse não diretamente com o Governo, Sindicato e Governo, mas que essa discussão possa acontecer no âmbito do Judiciário, porque é um acordo judicial, o judiciário tem um núcleo conhecido como Nupemec, é um núcleo que busca essa conciliação, e já aconteceram algumas audiências, foi suspenso porque a própria Presidente do Sindicato abandonou a Mesa.

O Presidente do Tribunal, inclusive, falou com a gente, nós fomos lá, conversamos com a Presidente, suspender o movimento e vai retornar a discussão lá no âmbito do Judiciário, para que dê um melhor encaminhamento. Acordo judicial tem que ser cumprido, foi um acordo bem construído, então, o nosso encaminhamento foi nesse sentido, para discutir no âmbito Judiciário.

Mas o que mais me preocupou, senhor Presidente, uma das falas do Governador para mim, é que, segundo ele, segundo informações, existem muitas informações de lá para cá e daqui para lá, mas me preocupa, porque nós temos que cuidar do povo de Rondônia, do Estado de Rondônia. É que existem conversas aqui na Assembleia Legislativa, que essa Casa estaria aí, num prazo de uns seis meses, tentando retirar o Governador do mandato. Eu me preocupei, senhor Presidente, com essa fala.

O Sr. Jair Montes – Seis meses?

O SR. ANDERSON PEREIRA – É, num prazo de seis meses. Eu disse ao Governador que essa conversa não existe. Eu nunca ouvi de nenhum parlamentar esse tipo de conversa e, pelo contrário, o que eu ouço de todos é que a gente quer somar com o Governo, a exemplo o Projeto da Educação que está ali, remanejamento de recurso, suplementação orçamentária para que a Educação não pare, do Estado de Rondônia, e possa ter as manutenções necessárias que precisa ter na Educação. Então, eu tentei tranquilizar o Governador em relação a esse tipo de conversa, é muito leva e traz. Mas me preocupa, o nosso Governador estar pensando dessa forma, sendo que eu não vejo, eu, particularmente, não vejo nenhum parlamentar se posicionando nesse sentido. E o que eu disse para o Governador é que eu como legislador, fiscalizador do Executivo, se tiver algo para ser apurado, com certeza, eu próprio irei apurar, eu próprio irei chamar Secretários, eu próprio irei propor CPIs. Então, tranquilizei ele nesse sentido, porque se tiver algo, eu tenho certeza que ele não vai ter problema algum que agente possa apurar.

(Às 17 horas e 52 minutos o senhor Adelino Follador passa a presidência ao senhor Laerte Gomes)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Anderson, o senhor me permite?

O SR. ANDERSON PEREIRA - O senhor Presidente com o aparte

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O seu discurso, parabenizar primeiro pela sua luta dos agentes penitenciários, que eu entendo que é justa, uma categoria que Vossa Excelência defende, o Governo tem também trabalhado pensando no Estado, os agentes pensando neles. Eu acho que precisa chegar a um consenso, a um meiotermo, que também não prejudique o Estado e que possa atender aos agentes penitenciários.

Eu me preocupo com o que o senhor disse agora, que o senhor traz a esta Casa. Quando o Governador do Estado diz, e o senhor é Deputado, tem fé pública, estava falando aqui na Assembleia, na tribuna, diz que esta Casa pensa em prejudicar o mandato ou tirar o mandato dele em seis meses. Eu quero acreditar, Deputado Anderson quem passou essa informação ao Governador, está aqui o Líder do Governo, deve ser algum Assessor dele que, para fazer média, para se manter no cargo, fica planejando fofoca e mentira porque eu estou aqui como Presidente desta Casa, que Vossas Excelências me concederam esse mandato há 40 e alguns dias, quase 50 dias, nunca vi um Parlamentar aqui, Deputado Aécio, em momento algum dizer isso. Muito pelo contrário, Deputado Lazineho, independente de divergência política ou de ideologia, muito pelo contrário, Deputado Eyder Brasil, o que nós temos presenciado aqui é um esforço dos deputados, muitas vezes sem ter um diálogo que deveriam ter com o Governo do Estado, que os Secretários deveriam ter com os deputados, mesmo assim, mesmo assim, os deputados aqui, Deputado Fúria, têm se esforçado para contribuir com o Estado de Rondônia, ora fazendo Indicações, ora votando as matérias, ora indo à tribuna, Deputado Jean,

falando como estão as condições de estrada, de saúde, que isso é ajudar.

Ninguém aqui faz crítica pejorativa ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. Não vi isso aqui ainda, não vi ninguém, como tínhamos no passado aqui, onde agrediam o Governador, esculhambavam o Governador. Aqui nunca teve isso. Então, isso me entristece, o Governador ter falado isso para um Parlamentar desta Casa, para um Deputado.

Eu também tenho ouvido, senhores deputados, pessoas que vêm falar, mas eu não acredito, que o Governo do Estado, através da Casa Militar, está montando uma Equipe de Inteligência coordenada por um Coronel aposentado chamado “Sapper ou Saffer”, para vigiar deputado, fazer escuta em deputado, seguir deputado, como foi feito recentemente no Mato Grosso uma grampolândia e deu no que deu. Muitos foram presos e agora até o ex-governador, que fez, está fora do País com medo também de ser responsabilizado por isso. Não acredito nisso. Falo, Deputado Eyder, de coração, conheço o Governador Marcos Rocha, não tenho essa proximidade com ele, mas o conheço, acredito que isso, eu não vou acreditar que isso seja verdade, da mesma forma o Governador não pode acreditar nisso, dizendo que esta Assembleia quer prejudicar o mandato dele. De forma nenhuma, Líder, Vossa Excelência é testemunha aqui, Deputado Eyder, que é Líder do Governo, do esforço que esta Casa tem feito para contribuir com o Estado. O esforço, todos aqui estão, todos, sem exceção, sem exceção de partido político, a campanha acabou, é necessário que se entenda isso, se tiver mágoa no coração deixa para trás, se tivermos vaidade, vamos deixar para trás. Vamos esquecer a política, Deputado Adelino, vamos pensar no Estado de Rondônia e é isso que o Governo do Estado precisa fazer, é isso que os Secretários de Estado precisam fazer e é isso que esta Casa também tem que se propor a fazer, esse esforço coletivo e conjunto, Deputado Anderson, de todos, para nós andarmos avante.

Então, quero eu acreditar que o Governador falou isso para Vossa Excelência, como Vossa Excelência é um deputado e jamais viria a esta tribuna para falar o que não tinha ouvido, Deputado Anderson, que eu lhe conheço, quero falar, quero acreditar que o Governador tenha falado isso no momento até de um desabafo. Como da mesma forma também, eu não acredito que está sendo montado esse Grupo de Inteligência na Casa Militar, que não tem legitimidade para isso, porque é da Secretaria de Segurança para apurar, investigar, ouvir, deputado.

Então, são conversas que vão, conversas que vem e nós temos que ter maturidade suficiente de entender que o que nós precisamos é nos unir e trabalhar pelo Estado de Rondônia. Queria falar isso, Deputado Anderson, porque como Vossa Excelência vem à tribuna e faz esta denúncia, a gente se preocupa, nós nos preocupamos, nós nos preocupamos.

Então, o Governador pode ter convicção, pode dormir o sono dos justos, que esta Casa, enquanto nós estivermos com esta Mesa Diretora, com estes deputados, pode ter certeza que jamais, Deputado Cirone, nós vamos querer fazer qualquer ato, fazer qualquer ação para prejudicar o Estado de Rondônia ou o Governador ou quem quer que seja. Obrigado pelo aparte, senhor deputado.

O Sr. Jair Montes – Concede um aparte, Deputado?

O SR. ANDERSON PEREIRA – O Deputado Aécio da TV pediu aparte primeiro.

O Sr. Aécio da TV – Deputado Anderson, essa fala de Vossa Excelência nos preocupa muito. Nos preocupa pelo seguinte, o Governo está apenas iniciando, os trabalhos da Assembleia da 10ª Legislatura também está apenas começando. Nós sabemos da independência dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, cada um tem a sua independência, mas é extremamente necessário, extremamente importante que haja um bom relacionamento. A independência não pode afastar um Poder do outro porque, queria ou não queria, principalmente o Legislativo, acaba sendo o Poder Fiscalizador e Legislador sobre os outros. Eu costumo dizer o seguinte: o Executivo tem o orçamento na mão, ele tem a conta do banco, ele tem o dinheiro na conta, mas tudo depende da assinatura do Legislativo. O Legislativo, Deputado Jean, é que autoriza o remanejamento e, às vezes, com urgência, como está acontecendo neste momento aqui com a Secretaria de Educação. E se tramitar normalmente, obedecendo aos ritos, pode causar grandes prejuízos para sociedade, para própria pasta. Então, é importante que haja esse bom relacionamento entre os Poderes. E Vossa Excelência, Deputado Laerte, como Presidente desta Casa, demonstrou isso. Demonstrou isso na semana passada, no projeto que estava pedindo, implorando para ser votado, Vossa Excelência aguarda, porque não foi isso que foi decidido, nós temos que passar pelas Comissões, tem que ser votado a semana que vem. Agora, pelo contrário, o Executivo precisa desse remanejamento, precisa dessa suplementação por causa do transporte escolar, Vossa Excelência. Mesmo a matéria tendo sido passada pela CCJ, distribuída na CCJ, a matéria está comigo para relatar, Vossa Excelência perguntou se eu poderia relatar a matéria aqui, para votar a matéria, ou seja, há boa vontade do bom relacionamento e a convivência entre o Legislativo e o Executivo.

É lamentável quando a gente ouve, eu não acredito que isso seja verdade, acredito que seja fofoca, acredito que seja invenção de pessoas mal intencionadas que podem ter levado informações desse tipo para o Governador. Porque se trata de uma pessoa responsável, uma pessoa, um coronel que todos sabem do respeito que o Coronel Marcos Rocha tem, uma pessoa respeitada, ele não vai, não é possível que acredite numa coisa dessas. A Assembleia Legislativa, pelo que eu vi até agora, está fazendo o seu papel, está fazendo o seu trabalho. Agora, esse bom relacionamento precisa acontecer o quanto antes. A independência não pode nos afastar dos Poderes, tem que nos aproximar. Eu serei sempre independente, como sempre fui, tanto no mandato passado como neste agora. Mas, tudo que for importante para sociedade, terá sempre o meu voto. Por isso, eu parabeno Vossa Excelência, Deputado Anderson, por trazer essa história que parece fantástica, parece mirabolante, mas saiu da boca do Governador, infelizmente. Mas nós sabemos que isso é um conto de carochinha que foi contado para o Governador, é o que eu posso imaginar neste momento.

O SR. ANDERSON PEREIRA – O que a gente está trazendo, Deputado Aécio, é uma preocupação que eu tive com o que o

Governador nos relatou. Eu o tranquilizei em relação a isso, e quis repassar isso aos senhores, justamente para que a gente acabe de vez com esse ruído, desse leva e traz que tem acontecido e que a gente possa ter harmonia para a gente desenvolver e trabalhar pelo nosso Estado.

O Sr. Jair Montes – Um aparte, Deputado.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Deputado Jair Montes, na sequência da fala.

O Sr. Jair Montes – Deputado Anderson, eu vejo o seu pronunciamento com muita preocupação, da mesma maneira que eu ouvi o Presidente Laerte, agora ouço o meu amigo de Parlamento Mirim, Deputado Aécio da TV, que hoje me encontro com ele aqui como deputado. Eu sou um dos políticos mais perseguidos do Estado de Rondônia, sou eu. Eu sei o que passei e venho passando. Eu sei o que enfrentei e a armação que fizeram comigo, Deputado Jean. Eu sei do meu caráter e da minha idoneidade. E nesta tribuna eu falei que eu tenho posicionamento, eu tenho posição e me preocupa também porque a gente sabe que nesse Parlamento, aqui está o Deputado Eyder Brasil, pelo qual eu tenho um carinho muito grande, respeito por ele, deputado, que é o Líder do Governo nesta Casa, o qual eu dei uma agenda para ele, com a foto dele, para ele escrever nesta agenda. Eu estou aqui neste Parlamento, Deputado Presidente Laerte, há quase 02 meses também, como todos nós estamos que aqui nesta Legislatura, 10ª Legislatura. E até agora eu não vi ainda o relacionamento do Executivo Estadual com esta Casa. Na Prefeitura já tem o Chefe da Casa Civil, que é o chefe do gabinete do Prefeito. Então, estava lá todo momento, toda votação tinha um representante do Governo para levar aqueles assuntos de relevância ao município e pedindo apoio ao parlamento. Até agora ninguém me pediu nada para votar, nem sim, nem não, para ajudar o Governo, a não ser o Deputado Eyder Brasil em algumas votações aqui, o Deputado Eyder Brasil.

Então, isso é preocupante também, porque eu sinto hoje, o Executivo, Deputado Cirone, isolado e muita fofoca. E me preocupou muito Deputado Presidente Laerte, quando naquela nossa, na nossa posse lá no Talismã 21, a Equipe de Inteligência do Governo do Estado de Rondônia falou, quem começou a vaia foi o ex-secretário da SEFIN, o Genaro, o filho do Genaro começou a vaia e um deputado perguntou para o Genaro: “Genaro, você foi, você tem filhos, como é que estão seus filhos?” O Genaro falou, “Olha, eu só tenho filha mulher, o meu filho faleceu de acidente de carro há muito tempo”. Olha só a informação, e foi passada ao Governo, nem filho o rapaz tem mais, já faleceu o filho do Genaro.

Então, é a mesma fofoca que levam, pessoas querem ganhar moral com o Governador, e inventam esse tipo de conversa. E daqui a pouco se cria uma briga, uma briga gigante de instituições, Executivo e Legislativo, por causa de algo que não tem, algo que não tem. Eu falo por mim, eu não estou aqui para atrapalhar de maneira alguma o Governador Marcos Rocha. Eu estou aqui para ajudar o Estado de Rondônia, estou aqui para ajudar a população deste Estado. Então, nos preocupa muito essa fala. É importante, Presidente, que nós possamos, viu Deputado Eyder Brasil, o senhor como líder do Governo

nesta Casa, até agora o senhor é apenas líder do Marcos Rocha, do Governador, o senhor tem que me conquistar para o senhor ser o meu líder. Nós precisamos urgentemente fazer uma reunião de novo, todos os 24 deputados com o Governador, é importante. É importante, que o momento está alinhando, Deputado Jean Oliveira, está alinhando, está certo? Muito obrigado.

O Sr. Adailton Fúria – Me concede um aparte?

O SR. ANDERSON PEREIRA – Deputado Fúria. Na sequência o Deputado líder do Governo.

O Sr. Adailton Fúria - Aproveito aqui a oportunidade, o discurso de Vossa Excelência. Quero dizer que pelo menos da minha parte, e acredito que da maioria dos colegas deputados aqui, não tem qualquer fala nesse sentido. E aproveitando a oportunidade, eu quero, a partir deste momento, até que sejam, Presidente, levantadas todas essas informações, me afastar de qualquer contato com o Governo do Estado, justamente para quê? Para que de fato a gente saiba quem está com essas fofocas e esse leva e traz. Se for daqui de dentro da Casa, se é de uma parte que não está sendo atendida, da própria mídia do Estado de Rondônia, se é de dentro do Governo. Então, neste ato, eu prefiro me afastar de qualquer relação com o Governo neste momento, até que se resolva essa situação.

Com relação à interceptação, escuta telefônica, o meu telefone é 99285-8967, e seria muito importante se o Governo de fato ouvisse as minhas ligações porque, o tempo todo, as pessoas me questionado situações de estradas, situações da saúde pública deste Estado e tudo isso é de responsabilidade do nosso Governador. Eu acredito que talvez ouvindo a demanda da população, que me liga todos os dias, pode sanar todas essas dificuldades no nosso Estado. Obrigado.

O Sr. Jair Montes - Vamos pedir para grampear seu telefone hoje.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Deputado líder do Governo Eyder Brasil, com a palavra.

O Sr. Eyder Brasil – Presidente, só queria saber quem é o próximo a falar na tribuna, a usar a palavra?

O SR. LAERTE (Presidente) – Está no Grande Expediente o Deputado Fúria. Depois, nas Comunicações de Lideranças, o Deputado Eyder, Deputado Lazinho, Deputado Chiquinho.

O Sr. Eyder Brasil – Obrigado. É que eu ia fazer uso da palavra se eu fosse o próximo, já para abordar vários temas. Eu elenquei aqui para fazer uso da palavra lá no Pequeno Expediente, nos breves comentários, ali no início da Sessão, e eu já tinha escrito algumas coisas e me faltaria tempo. Porque na verdade aqui é uma lista de parabenizações, onde engloba todos os 23 deputados, com exceção da minha pessoa. E como líder do Governo, eu posso falar tranquilamente que no período em que eu estive aqui nesta Casa, desde o dia 1º de fevereiro labutando com os pares, com os amigos e amigas, eu não pude perceber, e graças a Deus, tenho certeza que vai continuar

assim, qualquer motivo de empecilho ou má vontade para trabalhar juntamente com o Governo do Estado de Rondônia. Faço minhas as palavras do Presidente Laerte, faço minhas as palavras do Deputado Aécio da TV, onde acreditamos que existem terceiros buscando uma ruptura entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Hoje mesmo, eu fiz questão de enaltecer a pessoa do nosso Presidente Laerte Gomes ao nosso Governador, e disse para ele, com essas palavras: “Coronel, se o senhor tem um líder na Assembleia Legislativa, no Estado de Rondônia, esse líder chama-se Deputado Laerte Gomes. Eu ainda, não consegui fazer como líder o que o Deputado Laerte, está fazendo pelo seu Governo, acredito que o senhor tem lá um grande aliado político naquela Casa, que é o próprio Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia”. Muito me estranha essa fala, e aqui eu não estou dizendo que ela é falsa, não entendam assim. Mas o que acontece, muitas vezes, nesse cenário, nesse mundo político, é aqueles que estão do lado de fora, de alguma forma querendo entrar à custa da inimizade, à custa de intrigas, à custa do mal alheio.

Tenho certeza que esta Casa é parceira, como bem disse o Deputado Aécio da TV. Semana passada, tivemos uma das grandes provas disso, se esta Casa tivesse votado o Decreto Legislativo onde suspenderia a intervenção militar, no mesmo dia em que o sistema, o Sindicato dos Agentes Penitenciários, decretou a greve, talvez muitos desses deputados ou dos nossos familiares, nós não estaríamos aqui em virtude do grande caos que se instauraria no Estado de Rondônia. O Presidente teve a coragem mesmo com a galeria cheia, mesmo com a pressão popular, mesmo com grito de toda uma classe em cima dele, de matar nos peitos e dizer que tramitaria da forma como tem que ser tramitada. E, hoje, mais uma vez esta Casa entende que em prol de toda população rondoniense, e aí faço minhas as palavras do nosso Presidente, a campanha acabou. Hoje nós temos um Estado para cuidar, temos quase dois milhões de pessoas para tomar conta e para cuidar. Então acredito que isso tudo não passa de um leva e traz, de uma boataria que não vai crescer em nada o Estado de Rondônia. Parabênzo aqui mais uma vez e vou usar a minha fala na tribuna logo mais, a cada um dos 23 deputados e deputadas aqui desta Casa que estão se empenhando ao máximo para colaborar com o Governador Coronel Marcos Rocha, com os seus secretários, seus superintendentes em prol do nem maior que é da nossa população. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Obrigado, Líder do Governo. Deputado Jean Oliveira.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Anderson, muito obrigado pelo aparte. Eu queria aqui manifestar a minha preocupação diante disso que Vossa Excelência traz nesta Sessão, um desabafo do Governador sobre uma questão que cai com muita surpresa. Para mim vem com muita surpresa porque é um assunto que em hora nenhuma foi explanado nem de brincadeira por esta Casa ou por qualquer membro deste parlamento. E aí vem desabafar de uma situação que pode levar a se instalar uma crise institucional, uma crise institucional por boatos ou, de repente, por até uma situação, não sei se pessoal do Governador ou o que está levando ele ter esse tipo

de pensamento que esta Casa poderia estar armando contra ele, o que levaria a ele chegar a essa conclusão.

Então, essa crise institucional não é formada por falta de confiança porque não houve nenhum gesto que pudesse levar a essa falta de confiança de Governo e Poder Legislativo. Então, eu queria dizer que a preocupação é grande, porque eu tive a oportunidade de acompanhar o primeiro ano de governo do ex-governador Confúcio Moura. E, como com todo governador de primeiro mandato, existem erros, existem acertos e o ex-governador Confúcio Moura teve uma dificuldade muito grande que foi suceder um Governo de dois mandatos, que foi o ex-governador Ivo Cassol. A mesma realidade que nós estamos tendo hoje, existia exatamente há 8 anos. E a comparação sempre existe, porque um governo de 08 anos vem num ritmo muito mais acelerado porque ele já tem um trabalho de 08 anos e o Governo que vem, não numa sucessão, mas numa disputa em que, como o Confúcio ganhou do candidato do governador, que foi o caso agora que o candidato do ex-governador perdeu as eleições e quem ganhou foi um governador sem aliança nenhuma, que nem o Marcos Rocha, onde teve oportunidade de colocar seus secretários, secretários novos, sempre tem esse começo difícil. Mas logo vai se adaptando. Mas eu tive a oportunidade de ver o primeiro mandato do ex-governador Confúcio Moura com muita dificuldade, mas sempre se colocando à disposição da Assembleia. O governador procurando se aproximar, muitas vezes o parlamento também questionando, fazendo críticas porque comparado ao governo, anterior aquele governo estava devagar. É natural que este Governo esteja reduzida a velocidade comparado ao outro Governo e a gente faça questionamentos, como fizemos aqui, sobre as estradas, como a saúde, como a educação, sempre vão existir questionamentos.

E eu queria dizer ao Líder também que se esta Casa entender que tem que derrubar um decreto governamental, isso não significa dizer que estamos retaliando o Governo. Pelo contrário, e aí faço das palavras do Deputado Jair Montes, as minhas palavras. Eu tive a oportunidade de escutar a Polícia Civil, através de algumas pessoas dos sindicatos, dizendo da usurpação de atribuições, e me explicaram, isso pode ter me levado, me convencido a votar contra o decreto do Governador. Ouvi também alguns Coronéis da Polícia Militar dizendo que isso foi uma conquista de anos da Polícia Militar. Eu vou fazer o meu juízo de valor através do meu voto. Mas eu votando contra o decreto do governador não quer dizer que eu estou retaliando o Governo, eu estou votando com consciência naquele único tema que nós estamos discutindo. O Governo é muito maior, no Governo existem várias pastas com várias políticas públicas que precisam ser discutidas.

Então, eu me preocupo. Esta Casa não tem feito absolutamente nada para o governador estar pensando isso, Deputado Anderson, pelo contrário. Fizemos uma reunião onde a maioria dos deputados aqui se deslocou ao Palácio Rio Madeira para estar junto com o governador, dando a ele, ali, o início de um trabalho entre Parlamento e Governo, tudo que era de boa referência para a Assembleia fazer, foi feito. O que falta agora é os secretários do Governo começar a entender que deputado não é obstrução para o Governo trabalhar. Deputado aqui faz o quê? Discute as matérias que o Governo encaminha de acordo com que a sociedade rondoniense solicita de cada um dos seus representantes.

Então, aqui, este Parlamento tem trabalhado, nos últimos anos, sempre a favor de Rondônia, sempre a favor de o Governo ser um Governo progressista, um Governo que avance. Então, eu quero dizer aqui que o Governo está errando. Este tipo de situação é complicado. Esperamos que ele não tente retaliação em uma situação que não existe, porque esta retaliação, sim, pode gerar uma crise institucional que aí nós não sabemos o que pode acontecer. E que o Governo tenha ciência de que esta Casa não tem legalidade para abrir e instaurar nada contra ele se ele não der motivo, se não tiver nada de errado. Se ele estiver trabalhando normal, legalmente esta Casa não pode fazer nada. Questões políticas, controvérsias vão aparecer todos os dias. Opiniões diferentes, ponto de vista diferente vai ser debatido, o Parlamento é isso.

Então, eu queria dizer, Deputado Anderson, que o Governador precisa refletir, mesmo que insatisfeito ele não pode chegar e desabafar para um deputado uma coisa como essa. Acredito que ele tenha que apurar, e sempre que existir uma fofoca o Governo, Deputado Eyder, tem que tomar como regra ouvir o boato de que vai acontecer isso por deputado fulano de tal, chame o deputado, convide ele para conversar com e exponha o que está acontecendo e ouça do deputado. Porque desta forma, com diálogo a gente consegue diminuir esse tipo de desentendimento e essas crises não vão existir. Muito obrigado pelo aparte, Deputado Anderson.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Agradeço aos deputados pelo aparte e pelas colocações, mas eu trouxe essa problemática aí, essa preocupação justamente para a gente eliminar de uma vez por todas, de forma pública. Coisa que eu sempre falo para a minha equipe, uma coisa que eu não gosto é de fofoca, de conversa. Eu acho que você tem que olhar no olho e conversar com a pessoa. Acho que fofoca a gente tem que deixar para quem gosta. E para quem não gosta, a gente tem que tratar de forma pública. E nós estamos aqui porque o povo nos colocou aqui, o Governador está lá porque o povo também o colocou lá e a gente tem que buscar a melhor harmonia possível para a gente tratar. Nosso Estado tem muitas preocupações. Inclusive, o próprio Governador falou, ele já está negociando dívida do Beron, já tem notícias boas que serão anunciadas por ele; têm precatórias que têm que ser resolvidas. Têm muitas questões que têm que ser resolvidas para que o nosso Estado não pare de crescer e não saia do azul. E lembrando, e repito, fizeram campanha dizendo que o azul estava forte. Esse azul não está forte. Esse azul está meio fraco, esse azul, eu acho que está virando rosa. Então, eu tenho esta preocupação de a gente manter neste Estado um azul forte, crescente, gerando emprego e podendo, assim, o Governador dar os encaminhamentos para as categorias que precisam ser dadas, categorias que precisam ser dadas, categorias que estão aí há mais de cinco anos sem reajuste de inflação. Não estou falando de aumento, reajuste de inflação que o Governo não vem concedendo desde 2012. E que é um direito, está na lei e que é a valorização da moeda.

Então esta é a preocupação que eu venho trazer para vocês. Agradeço, e umaboa-tarde a todos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Anderson. Com a palavra, por vinte minutos, o Deputado

Adailton Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA – Senhor Presidente, antes de iniciar a minha fala, eu quero manifestar ao Governo do Estado muita sorte neste mandato, nesta gestão, e que finalize, que inicie e finalize o mandato, lógico, com o apoio total desta Casa para que a gente possa resolver algumas demandas que existem no Estado de Rondônia, e que precisavam ter sido corrigidas lá atrás e que caiu no colo do atual Governo para que possam ser resolvidas.

Antes de iniciar aqui, senhores deputados, eu gostaria que cada um dos senhores, cada um dos senhores deputados aqui presentes, levante uma mão para cima aí, por gentileza. Cada deputado, levante uma mão aí, fazendo favor. O pessoal que está aqui em cima levante uma mão, por gentileza, uma mão. Isso! Levante uma mão!

Você sabe por que eu estou pedindo para que Vossas Excelências levantem a mão? Levante a mão e agradeçam a Deus por não estarem em um leito do Hospital João Paulo II aqui da Capital, Porto Velho. Levantem as mãos para o céu e agradeçam por não estarem em uma situação como estão os pacientes, centenas de pacientes dentro de um hospital que não tem o mínimo de condição para atender seres humanos do Estado de Rondônia.

É uma pouca vergonha a situação do Hospital João Paulo IIIE aqui, senhores, estão às imagens do caos! Pacientes colocados em leitos na garagem do hospital! Está na garagem, está ali, olha! O paciente está na garagem tomando sol, chuva. Será que ninguém está enxergando isso? Pelo amor de Deus! O hospital está empestado de ratos, de baratas, de tudo o que vocês imaginarem de ruim tem dentro deste hospital. Este hospital só tem uma coisa que me encheu os olhos: os nossos servidores, que mesmo diante de todas as dificuldades ainda fazem a sua parte para tentar fazer com que esses pacientes tenham o mínimo de dignidade.

A sala vermelha, eu não aguentei ficar, senhores, na sala vermelha do Hospital João Paulo II. Eu pedi para me retirar de lá de dentro, eu pedi para sair. Falei: “Diretor, vamos sair, porque realmente aqui, a situação é de calamidade”.

Essa é a situação, Estado de Rondônia! E aqui me desculpe o termo que eu vou usar, essa é a situação que o Governo da Cooperação deixou a saúde do Estado de Rondônia. Essa é a situação que vários governos que passaram por aqui, preocupados com a dívida do Beron, preocupados com a dívida, seja lá qual for, deixou os nossos hospitais. Eu não desejo a nem um inimigo ser atendido nessa situação, dirá, senhores deputados, pessoas que confiaram o voto em nós, pessoas que acreditaram que cada um de nós seríamos capazes de brigar por uma saúde melhor. Pessoas que levantaram no domingo das eleições e foram lá digitar o número de cada um de nós, acreditando que era possível fazer a diferença.

E vou dizer uma coisa para os senhores, convido a quem não conhece a realidade do João Paulo, conheça. Lá ninguém acredita mais em política, lá ninguém acredita mais em deputado, vereador, governador. Infelizmente, essa é a sensação que nós temos quando entra em hospital como esse Hospital João Paulo II. Mas nós temos a oportunidade de fazer a diferença. O governo está preocupado em arrecadar, o governo está preocupado com as dívidas, está preocupado com

fofoca de deputados, está preocupado com fofoca de pessoas que sequer tem legitimidade para fazer até mesmo a fofoca, mas nós precisamos ter a preocupação com essa situação aí.

O Sr. Jair Montes – Um aparte, Deputado?

O Sr. Dr. Neidson – Um aparte, Deputado?

O SR. ADAILTON FÚRIA – Sim. Primeiro, Deputado Jair, depois o Doutor.

O Sr. Jair Montes – Deputado Fúria, parabéns por trazer à baila, mais uma vez, o Hospital João Paulo II. Eu fiz uma pesquisa sobre sua vida e descobri que o senhor tem uma esposa enfermeira, correto?

O SR. ADAILTON FÚRIA – Correto.

O Sr. Jair Montes – Então, o senhor conhece de saúde, assim como o Dr. Neidson é médico, o senhor tem...

O SR. ADAILTON FÚRIA – E também sou usuário do Sistema SUS.

O Sr. Jair Montes – Parabéns. Esse Hospital João Paulo II, lembro-me muito bem, meu pai foi internado na UTI no tempo que ele era da usina ainda, de Samuel, década de 1980, 85, por aí. E é o mesmo hospital, é o velho guerreiro João Paulo II. Ah, se não fosse ele! Não é, Deputado Dr. Neidson? Ah, se não fosse ele! Isso aí é a maior prova da irresponsabilidade, da incompetência de governos que passaram por esta Estado. Eu lembro muito bem que no ano de 2012, 2013, se não me falha a memória, o então Governador, agora Senador, fez um empréstimo de R\$ 500 milhões, chamado de Pidise.

(Às 18 horas e 26 minutos o senhor Laerte Gomes passa a presidência ao senhor Adelino Follador)

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Pidise e Proinvest. Proinvest, mais R\$ 500.

O Sr. Jair Montes – Mais R\$ 500, não é? Então, o Estado está endividado, hoje, pagando esses valores, acho que ao BNDES. Aonde foi parar esse dinheiro? Eu fiz agora um Requerimento solicitando, se possível, vou abrir até uma CPI. Se tiver que pegar o bom velhinho nós vamos pegar. Eu sei que aqui tem muito amigo dele que se elegeu deputado, e reeleito também. Se tiver que pegar o bom velhinho, nós vamos pegar. Foi lançada a pedra fundamental, e eu, como vereador na Câmara Municipal de Porto Velho, votei a favor do terreno para fazer o Heuro. Aí, deu Polícia Federal, prenderam todo mundo, levaram para a coercitiva, até ele foi, o velho, foi para lá também e está parado lá, o Heuro, até hoje está parado. Eu não sei o que aconteceu.

Então, essa irresponsabilidade, essa incompetência, porque nunca a mãe, o pai, o filho deles precisaram do Hospital João Paulo II. Sempre tem um hospital particular, aí é fácil. Se todos nós precisássemos mandar os familiares ou nós mesmos para o João Paulo II, eu queria ver, nós políticos teríamos vergonha na cara e já teríamos dado jeito na saúde do Estado.

Então, essa é a vergonha que passamos. O João Paulo II é cheio de puxadinho, não tem mais onde se colocar. E agora não são eles que estão, não são os ratos que estão tomando conta dos pacientes, são os pacientes que estão tomando conta, no lugar do rato. Porque o rato sempre existiu no João Paulo II. Está crescendo tanto, que o paciente agora está tomando lugar do rato, o rato está sendo expulso. É uma vergonha, Deputado Dr. Neidson. E assim vai, no seu município de Guajará-Mirim. Há quantos anos prometem? Todo mundo ganha eleição, se não fosse o velho João Paulo II, não ganha eleição de Governador neste Estado. É como o lixão de Porto Velho, todo candidato a prefeito, todo candidato a governo usa o João Paulo II ou usa o lixão de Porto Velho para dizer: Se eu for governador, eu vou fazer um novo hospital. Se eu for prefeito, eu faço aterro sanitário. E continua, há mais de 30 anos, o Lixão em Porto Velho e o João Paulo II.

Parabéns, infelizmente nós, só temos aqui o poder de gritar, espernear e fiscalizar, mas o poder de executar é do Governo. Eu peço a Deus, Líder do Governo desta Casa, que o Governador Marcos Rocha, nos seus 04 anos de mandato, que foi eleito de maneira massacrante, que tem como amigo o Bolsonaro, que ele consiga dar esse presente. Que se não chegar a terminar o hospital, mas deixe 80% concluído, para outro Governador ou ele mesmo, ser vier à reeleição, possa dar esse presente ao povo de Rondônia. Muito obrigado.

O Sr. Neidson – Um aparte, Deputado Fúria?

O SR. ADAILTON FÚRIA – Sim.

O Sr. Dr. Neidson - Eu vou falar como funcionário do João Paulo II também, que fui lotado lá, fiz o concurso, sou funcionário público e trabalhei lá desde 2006. Quando ingressei no João Paulo II, era na época do Governo Cassol ainda, era muito pior. Para eu entrar no consultório, a gente tinha que passar por cima ou por baixo das macas ou por cima dos pacientes, porque era no chão e embaixo também. Não mudou muito até o momento. No início do Governo Confúcio mudou um pouco, depois veio à superlotação devido aquê? Foi-se melhorando os atendimentos, foi-se dando treinamento aos funcionários do Hospital. Quando se melhora o atendimento, melhora a demanda.

Mas nós temos um grande problema no município de Porto Velho, também Deputado, que o Deputado Jair Montes foi vereador e agora graças a Deus, Deputado, mas quem banca praticamente a saúde do Município de Porto Velho e dos distritos é o Governo do Estado. E desde quando eu trabalhei, iniciei os meus trabalhos no João Paulo II, vocês podem solicitar hoje, podemos solicitar, deputados, Presidente da Comissão de Saúde também, informações de qual o maior número de pacientes que ocupa hoje o João Paulo II. Vocês vão ter uma surpresa, que é o município de Porto Velho, que não tem nenhum hospital público para manter. Vários municípios aqui, por menor que sejam, não têm um apoio, às vezes, do Governo do Estado, mas têm seu hospital e bancam o seu hospital. E, infelizmente, o município de Porto Velho não tem.

Mas eu quero aqui colocar outra coisa também, por ser funcionário público de lá, nós temos que dar um Voto de Louvor, e vamos propor aqui nesta Casa, a todos os funcionários, porque

hoje os melhores profissionais na área de Saúde estão lotados no João Paulo II. Nós falamos no ano anterior, não sei se o Deputado Aécio se lembra ou estava por aqui, mas eu falei para o Deputado Ezequiel Junior também, que está presente. Se a Deputada Lúcia Tereza tivesse sido atendida, às vezes, a tempo mais, aqui no João Paulo, talvez ela estivesse viva, e o Deputado Anderson não estaria aqui, mas são as coisas da vida, mas as melhores equipes.

Mas eu tenho uma coisa para propor, e já quero propor meu voto favorável também, e informar aqui ao Deputado Eyder Brasil, nós da Assembleia Legislativa temos um prédio antigo ali que pode ser feito a doação ao Governo do Estado. Vi uma matéria que a Deputada Mariana Carvalho tinha conseguido uma emenda de R\$ 11 milhões para a reforma do Hospital João Paulo II. Aquele nosso prédio que funciona hoje a Escola do Legislativo pode ser doado e entregue ao Governo do Estado e ele poder fazer uma extensão do Hospital João Paulo II, seria uma forma breve e rápida para que possa amenizar o sofrimento da população e essa superlotação. E eu acredito que o Município de Porto Velho, também, tem que fazer sua parte para poder dar atendimento à população. Então, fica uma ideia e uma dica e meu voto já é favorável a essa situação. Obrigado, Deputado Fúria.

A Sra. Cassia Muleta – Me concede um aparte?

O Sr. Eyder Brasil - Só para esclarecimento, Deputado, só um instante.

O SR. ADAILTON FÚRIA – Pela ordem, Deputado Eyder. Nós estamos no mês da mulher, então, a nossa preferência vai ser para a concedida à Deputada Cassia.

O Sr. Eyder Brasil – Com certeza...

A Sra. Cassia Muleta – Ai gente, eu não quero ser... Eu pedi de primeiro. Boa tarde a todos, quero aqui cumprimentar ao Deputado Fúria e parabenizá-lo pela iniciativa de filmar, trazer foto mostrando essa realidade. É uma área, gente, que eu melhor também, onde as pessoas me procuram, me ligam todos os dias. E, quando eu falo que tem que ir ao João Paulo, passar pelo João Paulo, a pessoa se assombra, '- não, Deputada, lá eu não vou, porque não quero morrer lá, com infecção, com doença de rato'. Então, gente, é um caso desumano, é uma situação, deputado, desumana a situação do João Paulo II.

Tenho certeza aqui que todos os deputados conhecem, já conversei com o Deputado Dr. Neidson aqui, sobre essa situação, que nós temos que fazer algo para poder resolver. A visita que o Presidente Laerte, também, esteve em Jaru, Deputado Neidson, eu falei com ele sobre fazer uma doação da antiga Assembleia velha para também fazer um atendimento do João Paulo, para trazer ali as pessoas quebradas para ficar nesse lugar.

Ele já mandou fazer uma avaliação com o ex-secretário Dr. Maiorquim, ele pediu para fazer lá, para ver se tem condições de fazer esse atendimento lá. Quero aqui até dar os parabéns a ele, ele falou que logo em seguida, na hora que ele tivesse o resultado, que ele ia fazer uma reunião com todos os

deputados, os deputados aceitando, a gente ia poder fazer essa doação para também estar ajudando o Governo. Mas eu vejo, assim, que ainda tem que fazer umas modificações lá na Assembleia, e ali no João Paulo tem que ser uma coisa rápida, é desumano a situação que está acontecendo no João Paulo.

Eu só tenho a parabenizar o senhor pela coragem, que eu falei, assim, ali agora com o meu esposo, "eu vou convidar o Fúria, o Presidente da Comissão de Saúde para a irmos ao João Paulo". Ele falou assim: "ele já foi e tirou foto". Então, eu quero parabenizar Vossa Excelência por essa ação e pela coragem de ter que mostrar isso aí, porque muitos Governadores passaram por ali e nenhum teve a coragem de fazer algo para o João Paulo, sim, de levar excelentes profissionais porque ali tem muitos profissionais bons, excelentes, onde que a minha filha também é Fisioterapeuta, trabalhou ali, ela falou: "mãe, os melhores equipamentos, os melhores funcionários, melhores profissionais estão no João Paulo, pena que é desumano a situação dos atendimentos". Então, parabéns Deputado, conte comigo, o que for para fazer para melhorar a saúde do nosso Estado eu estou também à disposição.

O Sr. Eyder Brasil – Um aparte, Deputado Fúria?

O SR. ADAILTON FÚRIA – Com a palavra o Líder do Governo.

O Sr. Eyder Brasil – Eu queria só colaborar, com a questão da saúde. Primeiramente parabenizar o Deputado Adailton Fúria por estar exercendo muito bem o seu mandato, assim como todos os demais deputados em ter ido *in loco* verificar a situação do João Paulo II. Como bem falou aqui a minha amiga, a Deputada Cassia, o problema do João Paulo II não é a parte de equipamento, porque lá estão os melhores equipamentos, e os melhores profissionais de saúde do Estado de Rondônia estão ali localizados.

O problema do João Paulo II é estrutural, lá tem uma quantidade de leitos onde o SUS faz esse repasse e todos esses leitos que estão nos corredores e no estacionamento, o SUS não ressarce porque não entende esses casos como casos de leitos. Então, mais do dobro, mais de 100% dos casos atendidos nessas macas improvisadas nos corredores, no estacionamento, o SUS não cobre, sai da despesa a fundo perdido para o Governo do Estado de Rondônia.

Eu tive a oportunidade de, na transição, participar de algumas reuniões com o futuro Secretário, hoje o Secretário Fernando Máximo, onde elencou algumas possíveis soluções, pelo menos paliativamente, para o problema da saúde no Estado de Rondônia, mas, em especial, para desafogar o João Paulo II. Então foi cogitada a utilização do prédio do Hotel Vila Rica, foi cogitado a utilização do prédio, hoje, da Assembleia Legislativa, antiga; foi cogitado uma parceria com o Exército brasileiro para montarmos hospitais de campanha, o que já foi até falado aqui nesse plenário, ali no Estádio Aluizio Ferreira, o Exército entraria com as barracas assim como faz em época de campanha, em época de grandes catástrofes, como aconteceu no Rio de Janeiro no caso da dengue. E cheguei a visitar o Hospital SAMAR, aqui em Porto Velho, onde o proprietário se dispôs a fazer algum tipo de contrato com o

Governo do Estado de Rondônia a fim de que pudéssemos desafogar o João Paulo II, enquanto, da construção do novo Heuro, o que o Governador tem tido como prioridade máxima no seu Governo. Não é fácil, é burocrático, é complicado, mas eu entendo que precisamos nos unir ao Poder Executivo para realmente tirarmos esses rondonienses, esses nossos irmãos, esses nossos conterrâneos de uma situação tão degradante. A pessoa já está convalescendo, já está com problemas de saúde, ainda ficar nessa situação desumana, é realmente degradante.

Então, parabenizo mais uma vez o Deputado Fúria por estar exercendo o seu mandato, a sua Presidência da Comissão de Saúde da melhor forma possível. E eu queria aqui só fazer uma ressalva na questão do prédio da Assembleia Legislativa. Ele é um prédio do Governo do Estado de Rondônia cedido ao Poder Legislativo. Então, é um prédio que já é do Governo, pelo menos foi o que o Presidente...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Ele já foi doado para Assembleia.

O Sr. Eyder Brasil – Pelo menos foi o que o Presidente, juntamente com o Secretário de Patrimônio nos disse. Mas isso não é empecilho, isso não é empecilho, tendo boa vontade, a gente consegue resolver essa situação. Lógico, que todo mundo aqui tem que entender que a situação da saúde no Estado de Rondônia...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Era um hospital antes da Assembleia, era um hospital.

O Sr. Eyder Brasil – Que lá já era um hospital, tem estrutura. Então era mais fácil voltar a ser um hospital do que o próprio Hotel Vila Rica, que foi cogitado o ano passado, até mesmo porque já tem estrutura de hospital. Mas eu só quero que entendam, lógico, somos pessoas adultas, esclarecidas, que esse aqui é um problema que, como o próprio Deputado Fúria falou, se arrasta há anos. O Governo do Estado de Rondônia já recebeu verba, recurso suficiente para termos, talvez, um dos melhores hospitais do mundo, por tanto dinheiro que entrou aqui no Governo do Estado de Rondônia nas gestões anteriores. Mas agora esse problema está em nossas mãos, vai depender de nós, da nossa sensibilidade e do apoio que nós daremos ao Governo do Estado de Rondônia, ao Secretário Fernando Máximo em resolver a situação dos nossos irmãos rondonienses. Obrigado, Deputado.

O SR. ADAILTON FÚRIA – Deputado Chiquinho, é só por questão de ordem aqui, o nosso amigo Deputado Anderson, na vez.

O Sr. Anderson Pereira – Agradeço o aparte Deputado Fúria e parabenizo em trazer esse tema em debate nesta Casa. Bem disse o Líder do Governo, muito dinheiro já foi, já entrou, já saiu, já sumiu e não resolveu. Eu vejo essa questão uma questão de gestão, somente isso, gestão. Nós estamos praticamente fechando 3 meses de Governo, então tem como, nesse início, achar uma solução e a gente encerrar nosso mandato em 2022 com o pé direito, a verdade é essa, com o pé direito.

Eu já fui paciente do João Paulo, sofri um acidente quando fazia um treinamento de tiro lá no Sistema Prisional, bati a cabeça e fiquei 48 horas em observação porque tinha batido a cabeça, desmaiei e fiquei no João Paulo, lá no chão porque não tinha leito, arrumaram um colchãozinho lá, me jogaram no chão. Mas o detalhe é que eu fui muito bem tratado. Então, eu quero aproveitar, parabenizar os profissionais que atuam no João Paulo. Eu tenho inclusive uma sobrinha que trabalha lá como técnica de enfermagem, quero parabenizar eles que tem feito um trabalho humano nas condições que o Estado lhes oferece. Eu sei que eles poderiam fazer muito mais, salvar muito mais vidas, mas nas condições estruturais, hoje, que o João Paulo tem, não tem condições. As reformas que fizeram no João Paulo, em minha opinião, foi para maquiagem, somente isso, para maquiagem e tentar enganar o povo.

Então, eu acho que a gente precisa adotar medidas urgentes, para que a gente possa ter um hospital Heuro na capital para atender, para atender..., está desligando sozinho isso aqui, Presidente, está...

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – É que encerrou o prazo, então vai avisando que encerrou o prazo já, já ultrapassou o prazo.

(Às 18 horas e 42 minutos o senhor Adelino Follador passa a presidência ao senhor Laerte Gomes)

O Sr. Anderson Pereira – Está ok. Então, só para encerrar, Deputado Fúria. Precisa ser adotado medidas urgentes, emergenciais de médio, de curto e de longo prazo a gente precisa tomar. Em longo prazo é para a gente ter o hospital já, eu lembro que na legislatura passada, nós aprovamos inclusive um financiamento, eu me lembro disso, nós aprovamos um financiamento para que o Governo adquirisse recurso para construção do Hospital Heuro. E até agora a gente não viu o que aconteceu e nós vamos solicitar informações a respeito disso. Parabéns por trazer essa discussão agora no início da legislatura.

O SR. ADAILTON FÚRIA – Antes de passar a palavra aos nobres colegas, eu só, na vez está o Deputado Chiquinho. Hoje o sol estava quente, o sol estava quente hoje de manhã. Até perguntei para o nobre colega Deputado Cirone e ele falou, “realmente, está muito quente”. Perguntei para outros colegas aqui e todo mundo confirmou que o sol realmente, hoje pela manhã, estava muito quente. E se vocês perceberem, esses dois, essas duas camas aqui, elas estão no sol. Elas estavam literalmente no sol! E nós temos imagens mais detalhadas que mostram outros pacientes no sol. Aí, se vocês observarem lá no fundo, tem um equipamento de ar condicionado, debaixo dele tem um paciente. Olha a situação que se encontra! Deputado Chiquinho, está com a palavra.

O Sr. Chiquinho da Emater – Muito obrigado, Deputado Fúria...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho, só para a gente concluir por causa do tempo, tem mais 04 oradores inscritos para a gente poder, deputado, assim que der o aparte, Vossa Excelência conclui. Deputado Chiquinho.

O Sr. Chiquinho da Emater – Isso é uma realidade do Hospital João Paulo. Eu conheço o João Paulo desde 93 quando eu fui Prefeito em Cabixi, que trazia pacientes para o João Paulo, e essa realidade é desde aquela época. Agora, eu não concordo com o que o senhor falou que o Governo da Cooperação não fez pela saúde. Eu não posso concordar, porque na sua cidade tem dois hospitais do Governo da Cooperação que colocou para funcionar, que é o Regional e o Hospital Daniel Combone, lá o Heuro, hoje. Colocamos o hospital de Extrema que também funciona, esse fim de semana eu estive em Extrema, estive lá no hospital também. Melhorou o Hospital de Buritis, botou em funcionamento o Hospital de São Francisco. Mas, tudo isso não foi, não atendeu a demanda. O que o João Paulo está aí hoje, é uma realidade, mas o Deputado Dr. Neidson colocou aí uma situação que eu acho que é bem interessante, passar o prédio da Assembleia Legislativa, o antigo, que já era um hospital antigamente, para tirar parte, pelo menos a parte de quebra-dura do João Paulo, que todo mundo sabe que recebe aproximadamente 150 pessoas por fim de semana, com quebra-dura, o João Paulo.

É impossível o João Paulo dar conta, o pessoal que trabalha lá, é um pessoal competente, é um pessoal que o senhor também reconhece isso. É um povo que está ali sofrendo pelas condições de trabalho e nós precisamos de alternativa. Eu acho que as UPAs, Deputado Dr. Neidson, que o senhor falou de Porto Velho, precisam atender o povo. Nós temos aí 03 ou 04 UPAs que podiam ajudar muito o João Paulo, e que está parado. O Hospital de Candeias também podia ajudar, que está parado. E nós recebemos, Deputado Fúria, gente do Acre, gente do Amazonas, todo o pessoal do Humaitá vem para cá, parte de Lábrea.

Então, assim, o João Paulo não aguenta mais e o Deputado Dr. Neidson que é um conhecedor profundo da situação, que ali trabalhou, a gente precisa dar solução. Eu acho que as soluções estariam em melhorar o hospital de Vilhena, o hospital de Ji-Paraná, o hospital de Cacoal cada vez mais, de São Francisco, aqui de Extrema. Agora, tem que ter ação, o Governo tem que ter ação, tem que chegar e ser determinado nas ações que ele... E a saúde é para ontem, nós precisamos urgentemente resolver essa situação.

Quero lhe parabenizar pela sua fala, dedicação e dizer que todos nós estamos preocupados com a situação do João Paulo e de toda saúde do Estado de Rondônia. Eu já ofereci parte...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, deputado.

O Sr. Chiquinho da Emater – Parte das nossas emendas para resolvermos. Só no Cone Sul, nós temos duas mil cirurgias marcadas, e não consegue fazer porque são cirurgias eletivas...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir.

O Sr. Chiquinho da Emater – E a gente precisa resolver isso. Todos nós temos que resolver isso junto com o Governo do Estado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Chiquinho. Um minuto para concluir Deputado Fúria. Deputado

Lazinho, abriu mão. Deputado Cirone, nós temos matérias para votar, vamos ser bem rápidos.

O SR. ADAILTON FÚRIA – Só para contribuir com o discurso do Deputado Chiquinho. Realmente, Deputado Chiquinho, o Governo da Cooperação assumiu o Heuro de Cacoal por força judicial, assumiu por força judicial. E com bem colocou o senhor, das duas mil cirurgias que estão aguardando, é justamente por quê? Porque o Governo da Cooperação não fez a parte dele. Se tivesse feito à parte dele, nós não teríamos, lá no Cone Sul, mais de duas mil pessoas aguardando uma cirurgia, e isso somente no Cone Sul. Vamos colocar o resto do Estado? Vão dar quase dez mil pessoas aguardando algum procedimento médico do Estado de Rondônia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Obrigado, Deputado Cirone, Deputado Fúria, muito obrigado. Presidente, eu queria sugerir a mudança do Regimento Interno, porque os apartes são maiores do que os discursos.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – É gente, tem que ter essa consciência, passou oito minutos já.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A sugestão que a gente faz, é que seja limitado há dois minutos cada aparte, que aí seria mais rápido.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu vou fazer isso.

O SR. ADAILTON FÚRIA – É que o tema é relevante, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A Mesa vai administrar isso.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Só para contribuir. A nossa proposição é que a saúde seja descentralizada de Porto Velho. Esqueça que nós vamos ter um hospital em Porto Velho, Deputado Dr. Neidson, que vai resolver os problemas do Estado. O custo é muito menor, então, descentralizar.

Nós temos municípios que já fazem a saúde no Estado, como Rolim de Moura, e eu cumprimento o Vereador Chico, que está aqui. Rolim de Moura é regional e não tem estrutura de regional, e é ele que atende.

O SR. ADAILTON FÚRIA – O Vice-Prefeito, também está presente no plenário.

O Sr. Lazinho da Fetagro – O Vice-Prefeito? Então, acho que é isso que precisa ser feito, regionalizar e tirar daqui de dentro. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Parabéns, Deputado. Deputado Cirone, trinta segundos, Deputado Cirone com aparte.

O Sr. Cirone Deiró – Quero primeiramente parabenizar o Deputado Fúria por trazer este tema. E dizer que o Deputado Fúria, quando fala da saúde, é muito importante voltarmos a ressaltar, Deputado Jair, a questão, o Hospital de Porto Velho,

precisa criar o Hospital de Porto Velho. No cara dá uma dor de barriga, vai parar lá no Hospital João Paulo II, lá é de média e alta complexidade. Então, está atendendo todo mundo, e isso vai sobrecarregando o hospital.

E dizer que não adianta também só construir o hospital aqui sem descentralizar, como diz o meu amigo Deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Não resolve. O Prefeito é ruim, de Porto Velho, nossa mãe!

O Sr. Cirone Deiró – Porque o João Paulo II, hoje, aqui em Porto Velho, eles tem 900 leitos ocupados, esparramado entre HB, esparramado pelo SAMAR, esparramado pela Santa Marcelina, e por aí em diante, e mais de 200 no corredor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, deputado.

O Sr. Cirone Deiró - Então, pode fazer um hospital de 300 lugares que não vai ser suficiente. Nós precisamos é descentralizar e organizar um novo hospital. Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para conclusão, Deputado Jean, trinta segundos.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Fúria, só para dizer, que a saúde está muito aquém da realidade que nós gostaríamos que estivesse. Nós gostaríamos que a saúde tratasse muito melhor o rondoniense que necessita da saúde pública, como ela vem tratando. Mas, assim, é muito importante que a gente deixe isso registrado, os avanços que houveram na saúde, eles precisam ser reconhecidos. E aí o que o Deputado Chiquinho, diz é verdade. Sobre a questão de judicialização da Saúde, eu não vejo uma pasta no Governo que sofra tantas ações judiciais como a Saúde. Nada se compara à Saúde. Mas eu queria dizer que os avanços que houveram na área da saúde, no Governo passado, foram significativos do ponto de vista em relação ao Governo anterior. É fato que não chegou àquilo que nós queremos e que nós sonhamos, mas é preciso fazer um comparativo com o passado para reconhecer o quanto à saúde e o Governo da Cooperação avançou, uma vez que essas duas unidades de saúde de Cacoal desafogaram muito o fluxo que chegava a Porto Velho.

Então, só para colaborar com Vossa Excelência, precisa melhorar muito, mas, no passado, com certeza o Governo da Cooperação contribuiu para melhorar a saúde.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Já se passamos 11 minutos. Deputado Adelino, só um momentinho Deputado Fúria. Deputado Adelino, só para concluir e aí Vossa Excelência conclui. O último aparte é do Deputado Adelino e depois o Deputado Fúria, conclui.

O Sr. Adelino Follador – Com certeza, eu queria só endossar a questão da responsabilidade da média complexidade de Porto Velho. Porto Velho nunca fez a média complexidade. Fui 12 anos prefeito, sempre questionando, fui Secretário da AROM,

e está prejudicando todos os prefeitos, todo o pessoal que vem do interior.

Além disso, com certeza, eu acho que o novo prédio, se a Assembleia, se nós discutíssemos aqui, se pudesse ver, Presidente, a velha Assembleia para fazer, é muito importante. Agora, essa questão da média complexidade, Porto Velho se omitir é muito grave. Então, parabenizar o Deputado Fúria por trazer esse assunto relevante aqui para o Estado de Rondônia, e dizer que com certeza é uma vergonha para a classe política do Estado de Rondônia, manter isso daí. Já veio um avião aqui na época do Confúcio, na época o Confúcio, depois que o Cassol saiu, veio um avião aqui e mostrou a realidade. Está precisando vir mostrar de novo aqui para ver como é que o Confúcio deixou também, a realidade da saúde. Daqui a pouco vão ter que mostrar do Marcos Rocha, se ele não resolver, ter esse avião, que não lembro como era o nome, quando vinha de Brasília. Só para registrar, mas com certeza nós temos que nos empenharmos para resolver essa situação.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Adailton Fúria.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Questão de ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vossa Excelência já falou.

O Sr. Lazinho da Fetagro – É só Questão de Ordem. Esse prefeito do PSDB é ruim demais, em Porto Velho!

O Sr. Jair Montes – Não fala mal dele não, por favor!

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para concluir, Deputado Fúria, 1 minuto para concluir.

O SR. ADAILTON FÚRIA – Sim, só para concluir, Presidente, senhores deputados. Essa situação agora não é mais responsabilidade do Governo da Cooperação. Essa responsabilidade agora é de cada um de nós deputados estaduais e do Governador Marcos Rocha. Então que fique bem claro isso, senhores deputados, essa responsabilidade é nossa em conjunto.

Com relação ao antigo prédio da Assembleia Legislativa, eu já deixo bem claro não sou favorável que nós coloquemos os pacientes em um prédio que já foi desativado porque não tinha condições nem de atender este parlamento, dirá atender algo tão importante como a vida dos destemidos pioneiros do Estado de Rondônia. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Fúria. Só respondendo ao Deputado Lazinho. Nós pegamos a herança do PT, por isso que nós estamos construindo uma gestão melhor.

Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Com a palavra o Deputado Eyder Brasil, por 5 minutos. Nós temos duas matérias do Governo para votar, então tem que ser 5 minutos, daqui a pouco não dá mais quórum.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, Questão de Ordem. O meu gabinete está à disposição para o João Paulo, viu? Já começa por ele já.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Lembrando que os novos deputados, se nós não votarmos essa PEC hoje, amanhã fecha a pauta e não vota mais. Então vamos agilizar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL – Pessoal, boa tarde novamente a todos. Aqui eu queria como já falei, antecipei já na minha fala, na minha parte anterior, eu queria apenas registrar o comprometimento do nosso Presidente desta Casa, Deputado Laerte Gomes, por tudo que tem feito pelo Estado de Rondônia nesses primeiros 48 dias de mandato à frente da presidência desta Casa. Tive a oportunidade de encontrar com o deputado na última quinta-feira, na cidade de Ouro Preto, onde percorremos a RO 470 juntamente com o Prefeito de Vale do Paraíso, Prefeito Charles, e com o Diretor do DER Coronel Meireles, onde verificamos *in loco* a situação precária da RO 470, como muito bem já foi falado aqui.

Tive a oportunidade também de encontrar com o Presidente, na RO 205, Cujubim, no sábado, onde o mesmo estava lá também fazendo as suas fiscalizações, conhecendo de perto a triste realidade das nossas ROs, como muitas outras também estão.

Quero parabenizar também o Presidente Laerte Gomes por estar dando prosseguimento no chamamento do concurso público desta Casa aqui, terminando de montar a comissão que irá fazer esta convocação.

Tive a oportunidade de encontrar com meu amigo Deputado Cirone Deiró na cidade de Cacoal, onde, juntamente com o Superintendente de Juventude, Cultura, Esporte e Lazer assinamos, a Prefeita Glaucione e o Superintendente assinaram lá um acordo sediando Cacoal como a próxima sede do JIR 2019.

Quero aqui parabenizar o meu amigo Secretário de Agricultura Evandro Padovani por em, um pouco mais de dois meses, nos meses de janeiro e fevereiro, ter economizado mais de R\$ 830 mil à frente daquela pasta da agricultura, em despesas de custeio, de pessoal.

Enfim, quero aqui, em nome do Coronel Marcos Rocha, nosso Governador, agradecer a todos os 24 deputados, e aqui eu me incluo, por estarmos juntos trabalhando em prol de Rondônia. E como muito bem já falou o nosso Presidente Laerte Gomes, as eleições já se findaram, a campanha já acabou e os palanques já foram desmontados. Acredito que assim como o Governador foi eleito pelo povo, nós deputados estaduais também fomos e temos a obrigação de trabalharmos em conjunto com o Poder Executivo do Estado, com os Poderes Executivos dos 52 municípios em prol de levarmos melhorias, seja na questão da saúde, da educação, do transporte, cuidando da manutenção das nossas ROs. Enfim, só tenho realmente aqui a agradecer a todos os meus pares pelo apoio que tenho recebido aqui como Líder do Governo. Muito obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, Deputado Eyder. Parabenizar, Deputado Eyder, Vossa Excelência como

Líder do Governo, mas tem sempre também estado ao lado de seus pares, defendendo os seus amigos colegas deputados. Tenho acompanhado o trabalho de Vossa Excelência, rodando o Estado todo, preocupado com a situação do Estado. Então, tenho testemunhado aqui a sua luta, o seu esforço em prol de Rondônia, em prol da governabilidade.

Em nome do Deputado Lazinho, cumprimentar aqui o Vereador Wilson Félix, Renato Cabeleireiro, Amarelinho que é o Presidente da Câmara de Vereadores. Sejam bem-vindos aqui a esta Casa os Vereadores do Município de Jarú, em nome da Deputada Cassia também.

Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Liderança. Nas Comunicações de Liderança o Deputado Lazinho, Presidente da Comissão do Educação abriu mão da fala, porque tem uma matéria importante da Secretaria de Educação. E também o Deputado Chiquinho da Emater também abriu mão, em prol desse projeto da Educação para que a gente possa avançar.

Encerradas as Comunicações de Lideranças, passemos às Comunicações Parlamentares. Não havendo inscritos, encerramos as Comunicações Parlamentares. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida apreciarmos as seguintes matérias: Projeto de Resolução 002/19; Projeto de Lei 17/19, Projeto de Lei 013/19.

E nada mais havendo a tratar, está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 01 minuto)

**ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 10ª LEGISLATURA
(Em 19 de março de 2019)**

Presidência do Sr.

Laerte Gomes - Presidente

Secretariado pelos Srs.

Adelino Follador - Deputado
Ismael Crispin - 1º Secretário

(Às 19 horas e 2 minutos é aberta a sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adailton Fúria (PSD); Adelino Follador (DEM); Alex Redano (PRB); Alex Silva (PRB); Anderson Pereira (PROS); Cassia Muleta (PODE); Chiquinho da Emater (PSB); Cirone Deiró (PODE); Eyder Brasil (PSL); Ismael Crispim (PSB); Jair Monte (PTC); Jean Oliveira (MDB); Jhony Paixão (PRB); Laerte Gomes (PSDB); Lazinho da Fetagro (PT); Dr. Neidson (PMN) e Rosangela Donadon (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP); Edson Martins (MDB); Ezequiel Neiva (PTB); Geraldo da Rondônia (PSC); Lebrão (MDB); Luizinho Goebel (PV) e Marcelo Cruz (PTB).

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 4ª Sessão Extraordinária Legislativa da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário *ad hoc*) – Peço dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e Determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI 17/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 25. Transforma e acrescenta parágrafos ao artigo 13, da Lei nº 4.455, de 07 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa as despesas do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2019.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – O Projeto de Lei 17/19, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 25, se encontra sem parecer. Determino ao Deputado Adelino Follador para que dê parecer à matéria, pelas Comissões pertinentes. Essa é das mudanças das emendas parlamentares, os Deputados que saíram para os Deputados que chegaram.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Mensagem 25, Projeto de Lei 17/19, “Transforma e acrescenta parágrafos ao artigo 13 da Lei 4.455, de 07 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa as despesas do Estado de Rondônia, para o exercício de 2019.”

Somos de parecer favorável, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Adelino Follador. Não havendo discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 013/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 24. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 10.176.355,49, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Adelino Follador para dar parecer pela CCJ e demais Comissões pertinentes à matéria.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei 013/19, Mensagem 24. “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 10.176.355,49, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC”.

Com certeza, esse é um projeto relevante, como se trata do transporte escolar, que, com urgência, todos os prefeitos... Inclusive registrar aqui a presença do prefeito de Cujubim, que está aqui, Pedro da Belo Horizonte, Prefeito de Cujubim.

Nós somos de parecer favorável, senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre relator Deputado Adelino Follador.

Para discutir, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, eu só quero, antes de votar, eu quero que esses R\$ 10 milhões, é para pagamento de que, para a Educação?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Esses R\$ 10 milhões, nobre Deputado, é para manter e ampliar o ensino profissional, R\$ 195.542,10; para manter as unidades escolares e assistência aos educandos, R\$ 1.770.162,29; para o transporte escolar, R\$ 7.175.305,80.

O SR. JAIR MONTES – Presidente, eu ia pedir vista, mas, eu não vou não. Eu vou deixar andar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir a matéria, o Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN – Senhor Presidente, primeiro, parabenizar a Casa pela sensibilidade de por para discussão e votação esse projeto, que é importante. Nós precisamos reconhecer que os 52 municípios do Estado de Rondônia, estão dependendo da aprovação desse projeto, em especial a comunidade que é dependente do transporte escolar. Então, assim, essa manifestação é importante, e repito, é um sinal de que o parlamento estadual está preocupado com o desenvolvimento do Estado de Rondônia, com o progresso, e que o governo caminhe bem. Isso precisa ficar registrado, justamente para a gente por um tapa naquelas fofocas que nós tivemos no dia de hoje, para acabar isso. Gostaria muito que essas desavenças, essa tricotagem, coisa de lavadeira, acabasse, porque os Parlamentares que vieram para cá, vieram comprometidos, e provamos isso aqui mais uma vez. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para concluir, o Deputado Jean ressaltou bem aqui, Deputado Jean, a gente só vai aprovar porque está aqui a rubrica, a gente sabe, mas quando a DITEL do Governo, que mudou, fizer o projeto, que coloque no projeto, discrimine, explique no projeto aonde vai ser aplicado o recurso, Deputado Eyder. Aqui, no transporte escolar não tem. Então, a gente sabe por que a gente conhece o elemento de despesa, a fonte de recurso, sabe o que é, mas, os Deputados precisam ser muito transparentes.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Caberia, tranquilamente, um pedido de vista e chamar o Secretário aqui para prestar esclarecimento por conta de falta de informação no projeto. Então, está passando, aqui, um projeto para a gente ajudar realmente o governo, na contramão daquilo que foi discutido hoje, muito bem ressaltou o Deputado Crispin.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para, antes da votação e ressaltar, Deputado Jean, que o Secretário da Educação esteve aqui, ontem, na Assembleia, a gente achou importante, esteve aqui pedindo apoio, explicando para que eram os recursos. Hoje eu cheguei aqui a Assembleia era 7h30 da manhã, a Secretária Adjunta de Educação já estava aqui aguardando.

O SR. DR. NEIDSON – Ela está aqui presente também.

O SR. EYDER BRASIL – Conceição está aí.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está aqui presente, não sei se está ali ou não, está lá. O gabinete estava fechado. O meu gabinete estava fechado ainda, nós chegamos antes de abrir e trabalhamos numa sala. Então, isso mostra...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Para discutir Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para concluir. Isso mostra a importância do projeto e mostra o respeito, tanto do Secretário da Educação quanto da Adjunta aqui pela Assembleia Legislativa.

Para discutir o Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON – Só para também contribuir, hoje o maior problema que nós temos no Estado de Rondônia e muito foi o do Município de Porto Velho, Deputado Jair, também em Nova Mamoré, foi um dos que sofreram muito, foi no transporte escolar, eu acredito que todos os municípios do Estado de Rondônia, é um convênio que vai ser também repassado aos municípios e vai dar continuidade ao ano letivo das crianças nossas aqui do Estado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Chiquinho para discutir.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Só queria aproveitar a Adjunta da Educação, Deputado Laerte, pedir a Secretária Adjunta da Educação que faça com que esse tipo de transporte escolar chegue o mais rápido possível aos municípios, porque estão sofrendo muito.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Verdade Deputado Chiquinho, para discutir e agradecer, ao Deputado Lazinho e o Deputado Chiquinho, que abriram mão da fala na outra Sessão, para aprovar essas matérias.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Presidente, só para agradecer aos Deputados. Semana passada nós tivemos a visita da Secretária Adjunta no nosso gabinete pedindo por estarmos hoje na Comissão de Educação, para que a gente pudesse votar na semana passada. Não houve a possibilidade dado aos atributos que teve no segundo dia que foi na quarta-feira, mas, hoje os Deputados reconheceram a necessidade, tiraram da Comissão, trouxeram para a pauta a pedido nosso e está sendo aprovado esse recurso. Obrigado a todos os Deputados.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Parabéns Deputado Lazinho, quando Vossa Excelência assumiu a Comissão de Educação, alguns ficaram meio assustados. Mas, foi uma das decisões acertadas desta Casa, pela vivência de Vossa Excelência. Então, Vossa Excelência já demonstra hoje essa agilidade aí. Parabéns Deputado Lazinho. E a Secretária, também, nossa Adjunta, quando fizer a matéria do projeto, coloca uma justificativa bem feita e onde vai ser aplicado o recurso. Que aí a gente vai ter menos dificuldades, Secretária. Para discutir o Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente. Ainda aproveitando o tempo de discussão aqui, aproveitar a presença da Secretária Adjunta, nossa Secretária que esteve aqui na Assembleia ao nosso convite, agradeço mais uma vez, a sua presença aqui nos alegra muito. E lembrar daquela nossa última reunião, o compromisso que nós firmamos com as escolas famílias agrícolas, foi uma solicitação do Deputado Presidente Laerte Gomes, Deputado Presidente da Comissão de Educação, Deputado Lazinho e eu, que estivemos juntos. Então, só para reafirmar que nós solicitamos a senhora que atendesse esse pedido para ajudar as escolas, ajudar não, cumprir um compromisso legal, já firmado com as Escolas Família Agrícola. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado Deputado Jean.

Encerrada a discussão. Em votação o parecer do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado.

Em primeira votação o Projeto de Lei 013/19. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários de manifestem. Aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 002/19 DO DEPUTADO ADAILTON FÚRIA. Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa/RO da Frente Parlamentar em defesa dos consumidores de energia e dos municípios-sede de Usinas Hidrelétricas no Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Matéria de autoria do nobre Deputado Adailton Fúria. Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa/RO da Frente Parlamentar em defesa dos consumidores de energia e dos municípios-sede de Usinas Hidrelétricas no Estado de Rondônia.

Presente na Resolução 002/19. Já está com parecer do Deputado relator Jean Oliveira, parecer é pela aprovação.

Em discussão e votação única. O Projeto de Resolução 002/19. Não havendo discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Encerrada a Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, a fim de apreciarmos as seguintes matérias: Projeto de Lei 17/19, Projeto de Lei 013/19.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 15 minutos)

**ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 10ª LEGISLATURA
(Em 19 de março de 2019)**

Presidência do Sr.
Laerte Gomes - Presidente

Secretariado pelo Sr.
Ismael Crispin - 1º Secretário

(Às 19 horas e 17 minutos é aberta a sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adailton Fúria (PSD); Adelino Follador (DEM); Alex Redano (PRB); Alex Silva (PRB); Anderson Pereira (PROS); Cassia Muleta (PODE); Chiquinho da Emater (PSB); Cirone Deiró (PODE); Eyder Brasil (PSL); Ismael Crispim (PSB); Jair Monte (PTC); Jean Oliveira (MDB); Jhony Paixão (PRB); Laerte Gomes (PSDB); Lazinho da Fetagro (PT); Dr. Neidson (PMN) e Rosangela Donadon (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP); Edson Martins (MDB); Ezequiel Neiva (PTB); Geraldo da Rondônia (PSC); Lebrão (MDB); Luizinho Goebel (PV) e Marcelo Cruz (PTB).

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 5ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura.

Solicito ao senhor Secretário proceder a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. ISMAEL CRISPIM (1º Secretário) – Peço dispensa da leitura da Ata, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Em segunda discussão e votação o PROJETO DE LEI 013/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 24. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por superávit financeiro, até o montante de R\$ 10.176.355,49, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 013/19 de autoria do Poder Executivo.

Em discussão. Não havendo discussão, em votação. Os Deputados favoráveis ao Projeto de Lei permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Em segunda votação e discussão, o PROJETO DE LEI 017/19 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 25. Transforma e acrescenta parágrafos ao artigo 13 da Lei nº 4.455, de 7 de janeiro de 2019, que “Estima a receita e fixa as despesas do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2019”.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 017/19 de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em votação. Os Deputados favoráveis ao Projeto de Lei permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. ISMAEL CRISPIN (1º Secretário) – Encerrada a Ordem do Dia, senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia, nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 20 de março, horário regimental, às 09h00.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 19 minutos)

ADVOCACIA GERAL

Extrato Contrato n. 07/2019

Processo Administrativo n. 0771/2019

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE/RO.

Contratada: EMPRESA AMAZONGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS LIQUEFEITO DE PRETRÓLEO LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa visando o fornecimento de gás liquefeito de petróleo - GLP (gás de cozinha), em botijão de 190 kg, de forma parcelada, para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de doze meses, contados a partir do dia 12 de março de 2019 a 11 de março de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

O regime de execução do presente Contrato será de forma indireta por preço unitário, com cumprimento do objeto descrito na Cláusula Primeira deste Contrato.

Parágrafo Único. A convocação para fornecimento do(s) produto(s) será feita por meio de emissão e entrega de requisição à contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REAJUSTAMENTO

O valor do Contrato é R\$ 16.385,60 (dezesesseis mil trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), compreendendo a estimativa de 16 botijas de 190kg, no valor unitário de R\$1.365,46 (mil trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 01001;

Programa de Trabalho: 01122102020620000;

Fonte de Recurso: 100000000;

Natureza de Despesa: 339030

Nota de Empenho 2019NE00461, no valor de R\$ 16.385,60 (dezesesseis mil trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

Parágrafo Único. Por ocasião do exercício financeiro anual de 2020, poderá haver posterior complementação de empenho em relação à despesa autorizada na cobertura correspondente ao restante dos 12 (doze) meses do período contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente Contrato, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes contratantes, em duas vias e registrado à fl. 07 (sete) do Livro de Registro de Contratos do ano de 2019 da Advocacia Geral.

Porto Velho, 13 de março de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral

AUDRIN SEBASTIÃO SOARES DE SOUZA
Representante Legal
CPF n. 596.192.792-04

Extrato Contrato n. 08/2019
Processo Administrativo n. 00627/2019-08

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE/RO.

Contratada: EMPRESA F. B. SERRATE – ME.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição dos serviços de confecção de cópias de chaves de veículos, inclusive codificadas, cópias de chaves de portas em geral e serviços de chaveiro *in loco*.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

O valor da contratação será de R\$ 9.873,60 (nove mil oitocentos e setenta e três reais e sessenta centavos), para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO E CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE CHAVES.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

Sempre que julgar necessário, a **CONTRATANTE** solicitará, durante a vigência do respectivo contrato, o serviço na quantidade que for preciso, mediante a entrega da Requisição de Serviço.

Parágrafo primeiro. As solicitações de serviços serão efetuadas exclusivamente pela Secretaria Administrativa, mediante requisições fornecidas pela **CONTRATADA**, acompanhada do pedido do setor do solicitante;

Parágrafo segundo. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Requisição de Serviço poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pela **CONTRATADA** durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela ALE/RO;

Parágrafo terceiro. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Requisição de Serviço no prazo previsto, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da requisição de serviço, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis;

Parágrafo quarto. O prazo para o adimplemento do objeto licitado será no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da Requisição de Serviço, para execução dos serviços.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGENCIA

O presente contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de 20 de março de 2019 e ultimando-

se em 19 de março de 2020, condicionada sua eficácia à publicação no Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme o disposto no caput do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos recursos consignados à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme a seguinte Classificação Funcional Programática:

Nota de Empenho: 2019NE00492, emitido em 14/03/2019, no valor de R\$ 9.873,60 (nove mil, oitocentos e setenta e três reais e sessenta centavos).

Programa atividade 01122102020620000

Elemento de despesa: 33.90.39

Parágrafo único. Por ocasião o exercício financeiro anual de 2020, poderá haver posterior complementação do empenho, em relação à despesa autorizada na cobertura correspondente ao restante dos 12 (doze) meses do período contratado.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia, para dirimir às dúvidas ou omissões oriundas do presente Contrato que não possam ser solucionadas administrativamente, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, é lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelos contratantes e registrado à fl. 08 do Livro de Registros de Contratos do ano de 2019 da Advocacia Geral da ALE/RO.

Porto Velho/RO, 20 de março de 2019.

Deputado **LAERTE GOMES** – Presidente
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
CONTRATANTE

ARILDO LOPES DA SILVA – Secretário-Geral
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
CONTRATANTE

FÁBIO BARROS SERRATE – Gerente-Proprietário
F.B. SERRATE - ME
CONTRATADA

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO 1881/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve;

EXONERAR:

A servidora **GLAUCIA CAVALCANTE DA COSTA RIBEIRO**, cadastro nº 100008971, Taquígrafo I, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, da Função em Comissão de Chefe de Divisão de Taquígrafia, código DGS-3, a partir de 01 de março de 2019.

Porto Velho, 20 de março de 2019.

LAERTE GOMES
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 1833/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve;

R E L O T A R

CÂNDIDA MARIA ARAÚJO DA SILVEIRA, matrícula nº. 100009698, ocupante do Cargo de Técnico em Programação de Sistemas, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete da 1ª Secretária, a partir de 12 de março de 2019.

Porto Velho, 19 de março de 2019.

LAERTE GOMES
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

E R R A T A

No Diário Oficial da Assembléia Legislativa nº 39, publicado no dia 12 de março de 2019, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº 0601/2019-SRH/P/ALE.

ONDE SE LÊ:

ELMO LIMA GONÇALVES

LEIA-SE:

ELTON LIMA GONÇALVES.

Porto velho, 26 de março de 2019

ERICA MILVA DIAS
Superintendente SRH/ALE/RO

ATO Nº 1835/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve;

R E L O T A R

Os servidores relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Gabinete do Deputado José Euripedes Lebrão, a partir de 15 de março de 2019:

Matrícula	Servidor
100009276	Paulo José Marques da Silva
100001248	Zamyrtton Guimarães da Rocha

Porto Velho, 19 de março de 2019.

LAERTE GOMES
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 1834/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve;

R E L O T A R

MARIA DA LUZ SANTOS, matrícula nº. 100003070, ocupante do Cargo de Agente de Serviços, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, na Escola do Legislativo, a partir de 15 de março de 2019.

Porto Velho, 19 de março de 2019.

LAERTE GOMES
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 1836/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve;

R E L O T A R

MARIO SERGIO MARTINS DE LIMA, matrícula nº. 100000282, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, na Escola do Legislativo, a partir de 15 de março de 2019.

Porto Velho, 19 de março de 2019.

LAERTE GOMES
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto